

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	97
-------------------------------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
----------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
-------------------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	107
------------------------------------------------------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	431.235
Preferenciais	0
Total	431.235
Em Tesouraria	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.779.295	2.609.022
1.01	Ativo Circulante	1.014.272	997.539
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.760	9.687
1.01.02	Aplicações Financeiras	295.373	196.438
1.01.03	Contas a Receber	365.066	493.692
1.01.03.01	Clientes	365.066	493.692
1.01.04	Estoques	191.407	185.092
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.407	34.799
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	99.259	77.831
1.01.08.03	Outros	99.259	77.831
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	28.640	25.361
1.01.08.03.02	Outros créditos	70.619	52.470
1.02	Ativo Não Circulante	1.765.023	1.611.483
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	466.301	401.534
1.02.01.06	Tributos Diferidos	110.196	87.491
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.196	87.491
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	356.105	314.043
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	3.821	4.921
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	330.532	289.070
1.02.01.09.05	Outros	21.752	20.052
1.02.02	Investimentos	1.159.086	1.099.188
1.02.02.01	Participações Societárias	1.159.086	1.099.188
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.159.086	1.099.188
1.02.03	Imobilizado	119.159	92.175
1.02.04	Intangível	20.477	18.586

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.779.295	2.609.022
2.01	Passivo Circulante	834.706	741.185
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.257	63.769
2.01.02	Fornecedores	100.506	113.232
2.01.03	Obrigações Fiscais	210.525	199.698
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	181.968	60.086
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	181.968	60.086
2.01.05	Outras Obrigações	284.450	304.400
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	215.988	246.589
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	215.988	246.589
2.01.05.02	Outros	68.462	57.811
2.01.05.02.04	Provisões para perdas contratos de swap	20.557	3.340
2.01.05.02.05	Outras obrigações	47.905	54.471
2.02	Passivo Não Circulante	772.453	610.336
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	515.872	368.356
2.02.04	Provisões	256.581	241.980
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52.217	53.282
2.02.04.02	Outras Provisões	204.364	188.698
2.02.04.02.04	Obrigações Fiscais	190.184	175.575
2.02.04.02.05	Provisão para plano de assistência médica	14.180	13.123
2.03	Patrimônio Líquido	1.172.136	1.257.501
2.03.01	Capital Social Realizado	426.962	418.061
2.03.02	Reservas de Capital	153.646	149.613
2.03.04	Reservas de Lucros	284.074	713.023
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	339.057	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-31.603	-23.196

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.452.960	1.369.167	2.680.224	2.465.401
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-574.170	-578.533	-1.089.007	-1.036.837
3.03	Resultado Bruto	878.790	790.634	1.591.217	1.428.564
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-595.816	-504.570	-1.089.508	-932.354
3.04.01	Despesas com Vendas	-384.780	-331.564	-715.840	-608.832
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-221.052	-184.259	-401.396	-323.752
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-218.098	-180.773	-395.220	-316.904
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.954	-3.486	-6.176	-6.848
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	281	0	11.458	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-132	0	-1.118
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.735	11.385	16.270	1.348
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	282.974	286.064	501.709	496.210
3.06	Resultado Financeiro	-19.613	-11.309	-29.733	-15.573
3.06.01	Receitas Financeiras	-4.433	4.261	12.257	23.294
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.180	-15.570	-41.990	-38.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	263.361	274.755	471.976	480.637
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-75.267	-83.259	-133.365	-147.585
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	188.094	191.496	338.611	333.052
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	188.094	191.496	338.611	333.052
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,43630	0,44490	0,78560	0,77380
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,43500	0,44280	0,78290	0,77040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	188.094	338.611	191.496	333.052
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.766	-8.407	-2.360	-1.320
4.03	Resultado Abrangente do Período	182.328	330.204	189.136	331.732

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	362.896	408.725
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	492.783	470.509
6.01.01.01	Lucro líquido	338.611	333.052
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	10.347	7.783
6.01.01.03	Provisão (reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	20.958	-8.192
6.01.01.04	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-2	-3.262
6.01.01.05	Atualização monetária de depósitos judiciais	-9.691	-8.307
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	133.365	147.585
6.01.01.07	Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	1.259	1.281
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-16.270	-1.348
6.01.01.09	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	17.535	-2.265
6.01.01.10	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	2.714	1.296
6.01.01.11	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-2.027	3.676
6.01.01.12	Provisão para perdas nos estoques	6.814	-2.488
6.01.01.13	Provisão com plano de assistência médica	1.057	1.698
6.01.01.14	Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	-11.887	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.880	17.176
6.01.02.01	(aumento)/redução - AC/Contas a receber	130.653	24.023
6.01.02.02	(aumento)/redução - AC/Estoques	-13.129	-11.189
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-10.621	13.363
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros ativos	-22.995	-2.077
6.01.02.05	aumento/(redução) - PC/ Fornecedores	-12.726	-4.583
6.01.02.06	aumento/(redução) - Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	-6.512	-7.515
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig. Tributárias	9.441	35.531
6.01.02.08	aumento/(redução) - Outros passivos	-37.168	-28.127
6.01.02.09	aumento/(redução) - Prov. Conting.	-1.063	-2.250
6.01.03	Outros	-165.767	-78.960
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-140.075	-65.370
6.01.03.02	Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	-3.741	2.123
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-21.951	-15.713
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-121.525	-67.577
6.02.01	Adições de imobilizado e intangível	-42.077	-11.454
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	1.463	1.478
6.02.03	Depósitos judiciais	-31.771	-36.852
6.02.04	Aumento de capital nas subsidiárias	-83.140	-50.749
6.02.05	Recebimento de dividendos de controladas	34.000	30.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-147.363	-376.115
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-34.876	-443.268
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	308.691	419.242
6.03.03	Aumento de capital por subscrição	8.901	5.522
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-430.079	-357.611

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	94.008	-34.967
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	206.125	254.463
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	300.133	219.496

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.901	0	-430.079	0	0	-421.178
5.04.01	Aumentos de Capital	8.901	0	0	0	0	8.901
5.04.06	Dividendos	0	0	-430.079	0	0	-430.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	338.611	-8.407	330.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	338.611	0	338.611
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.407	-8.407
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.033	2.706	-1.130	0	5.609
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.033	2.706	-1.130	0	5.609
5.07	Saldos Finais	426.962	153.646	285.650	337.481	-31.603	1.172.136

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	404.261	142.979	611.304	0	-18.723	1.139.821
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	404.261	142.979	611.304	0	-18.723	1.139.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.522	0	-357.611	0	0	-352.089
5.04.01	Aumentos de Capital	5.522	0	0	0	0	5.522
5.04.06	Dividendos	0	0	-357.611	0	0	-357.611
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	333.052	-1.320	331.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333.052	0	333.052
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.320	-1.320
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.953	2.623	-785	0	3.791
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.953	2.623	-785	0	3.791
5.07	Saldos Finais	409.783	144.932	256.316	332.267	-20.043	1.123.255

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	3.142.585	2.884.051
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.168.405	2.903.983
7.01.02	Outras Receitas	11.458	-1.118
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-37.278	-18.814
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.114.332	-1.909.990
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.190.046	-1.126.526
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-924.286	-783.464
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.028.253	974.061
7.04	Retenções	-10.347	-7.672
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.347	-7.672
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.017.906	966.389
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.527	24.642
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.270	1.348
7.06.02	Receitas Financeiras	12.257	23.294
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.046.433	991.031
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.046.433	991.031
7.08.01	Pessoal	114.780	99.934
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	544.846	517.749
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.196	40.296
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	338.611	333.052

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.460.391	3.221.871
1.01	Ativo Circulante	1.990.056	1.869.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.228	38.314
1.01.02	Aplicações Financeiras	575.159	521.915
1.01.03	Contas a Receber	437.213	570.280
1.01.03.01	Clientes	437.213	570.280
1.01.04	Estoques	675.251	571.525
1.01.06	Tributos a Recuperar	158.969	101.464
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.236	66.399
1.02	Ativo Não Circulante	1.470.335	1.351.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	747.759	671.434
1.02.01.06	Tributos Diferidos	218.820	180.259
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	218.820	180.259
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	528.939	491.175
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	102.418	109.264
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	379.906	337.007
1.02.01.09.05	Outros	46.615	44.904
1.02.03	Imobilizado	587.092	560.467
1.02.04	Intangível	135.484	120.073

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.460.391	3.221.871
2.01	Passivo Circulante	1.303.271	1.190.650
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	154.250	162.747
2.01.02	Fornecedores	315.238	366.494
2.01.03	Obrigações Fiscais	407.921	366.006
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	347.835	226.595
2.01.05	Outras Obrigações	78.027	68.808
2.01.05.02	Outros	78.027	68.808
2.01.05.02.04	Provisões para perdas contratos de swap	20.949	4.061
2.01.05.02.05	Outras obrigações	57.078	64.747
2.02	Passivo Não Circulante	984.983	773.719
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	664.522	465.068
2.02.04	Provisões	320.461	308.651
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	67.696	73.784
2.02.04.02	Outras Provisões	252.765	234.867
2.02.04.02.04	Obrigações fiscais	231.209	215.125
2.02.04.02.05	Provisão para plano de assistência médica	21.556	19.742
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.172.137	1.257.502
2.03.01	Capital Social Realizado	426.962	418.061
2.03.02	Reservas de Capital	153.646	149.613
2.03.04	Reservas de Lucros	284.074	713.023
2.03.04.01	Reserva Legal	18.650	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	265.424	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	339.057	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-31.603	-23.196
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.393.617	2.539.463	1.283.628	2.298.009
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-413.044	-756.266	-400.074	-711.795
3.03	Resultado Bruto	980.573	1.783.197	883.554	1.586.214
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-679.387	-1.242.718	-579.278	-1.059.913
3.04.01	Despesas com Vendas	-486.379	-909.293	-413.762	-762.598
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-196.002	-350.217	-153.151	-284.161
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-192.037	-343.030	-150.321	-277.313
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-3.965	-7.187	-2.830	-6.848
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.994	16.792	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-12.365	-13.154
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	301.186	540.479	304.276	526.301
3.06	Resultado Financeiro	-21.094	-31.290	-12.807	-19.373
3.06.01	Receitas Financeiras	21.365	49.767	11.047	37.682
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.459	-81.057	-23.854	-57.055
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	280.092	509.189	291.469	506.928
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-91.998	-170.578	-99.974	-173.876
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	188.094	338.611	191.495	333.052
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	188.094	338.611	191.495	333.052
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	188.094	338.611	191.495	333.052
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,43630	0,78560	0,44490	0,77380
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,43500	0,78290	0,44280	0,77040

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	188.094	338.611	191.496	333.052
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.766	-8.407	-2.360	-1.320
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	182.328	330.204	189.136	331.732
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	182.328	330.204	189.136	331.732

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	285.239	453.237
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	602.930	532.955
6.01.01.01	Lucro líquido	338.611	333.052
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	50.821	49.036
6.01.01.03	Provisão (reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	23.837	-7.879
6.01.01.04	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-5.024	-1.355
6.01.01.05	Atualização monetária de depósitos judiciais	-11.909	-10.126
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	170.578	173.876
6.01.01.07	Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	5.217	11.451
6.01.01.08	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	14.101	-992
6.01.01.09	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	5.609	3.791
6.01.01.10	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-1.078	2.812
6.01.01.11	Provisão para perdas nos estoques	27.136	-27.829
6.01.01.12	Provisão com plano de assistência médica	1.814	6.653
6.01.01.13	Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	-16.852	0
6.01.01.14	Provisão deságio na alienação de créditos de ICMS	69	465
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-103.065	17.360
6.01.02.01	(aumento)/redução - AC/Contas a receber	134.145	12.968
6.01.02.02	(aumento)/redução - AC/Estoques	-130.862	-3.665
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-33.875	-4.134
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros ativos	-31.549	2.152
6.01.02.05	aumento/(redução) - PC/ Fornecedores	-51.256	4.764
6.01.02.06	aumento/(redução) - Salários	-8.497	-3.669
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig.Tributárias	27.563	2.413
6.01.02.08	aumento/(redução) - Outros passivos	-7.670	8.793
6.01.02.09	aumento/(redução) - Prov. Conting.	-1.064	-2.262
6.01.03	Outros	-214.626	-97.078
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-178.703	-79.339
6.01.03.02	Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	-6.949	1.417
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-28.974	-19.156
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-129.064	-97.336
6.02.01	Adições de imobilizado e intangível	-100.652	-63.025
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	2.578	2.119
6.02.03	Depósitos judiciais	-30.990	-36.430
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-94.319	-400.452
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-106.036	-546.009
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	432.895	497.646
6.03.03	Aumento de capital por subscrição	8.901	5.522
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-430.079	-357.611
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	302	292
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	62.158	-44.259
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	560.229	500.294

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	622.387	456.035

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501	1	1.257.502
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501	1	1.257.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.901	0	-430.079	0	0	-421.178	0	-421.178
5.04.01	Aumentos de Capital	8.901	0	0	0	0	8.901	0	8.901
5.04.06	Dividendos	0	0	-430.079	0	0	-430.079	0	-430.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	338.611	-8.407	330.204	0	330.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	338.611	0	338.611	0	338.611
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.407	-8.407	0	-8.407
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.033	2.706	-1.130	0	5.609	0	5.609
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.033	2.706	-1.130	0	5.609	0	5.609
5.07	Saldos Finais	426.962	153.646	285.650	337.481	-31.603	1.172.136	1	1.172.137

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	404.261	142.979	611.304	0	-18.723	1.139.821	1	1.139.822
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	404.261	142.979	611.304	0	-18.723	1.139.821	1	1.139.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.522	0	-357.611	0	0	-352.089	0	-352.089
5.04.01	Aumentos de Capital	5.522	0	0	0	0	5.522	0	5.522
5.04.06	Dividendos	0	0	-357.611	0	0	-357.611	0	-357.611
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	333.052	-1.320	331.732	0	331.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333.052	0	333.052	0	333.052
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.320	-1.320	0	-1.320
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.953	2.623	-785	0	3.791	0	3.791
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.953	2.623	-785	0	3.791	0	3.791
5.07	Saldos Finais	409.783	144.932	256.316	332.267	-20.043	1.123.255	1	1.123.256

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	3.415.460	3.081.545
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.435.946	3.113.513
7.01.02	Outras Receitas	16.792	-13.154
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-37.278	-18.814
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.907.490	-1.667.026
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.216.383	-1.073.267
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-691.107	-593.759
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.507.970	1.414.519
7.04	Retenções	-50.839	-49.036
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.839	-49.036
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.457.131	1.365.483
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	49.767	37.682
7.06.02	Receitas Financeiras	49.767	37.682
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.506.898	1.403.165
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.506.898	1.403.165
7.08.01	Pessoal	417.481	342.543
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	655.338	667.635
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	95.468	59.935
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	338.611	333.052



São Paulo, 20 de julho de 2011 – A Natura Cosméticos S.A. (BM&FBovespa: NATU3) anuncia hoje os resultados do segundo trimestre de 2011 (2T11).

Introdução

No segundo trimestre de 2011, a Natura apresentou receita líquida consolidada de R\$ 1.393,6 milhões, com crescimento de 8,6%. O EBITDA foi de R\$ 327,3 milhões, 1,4% menor do que o ano anterior, com margem de 23,5% e o lucro líquido de R\$ 188,1 milhões.

No acumulado dos primeiros seis meses do ano, a receita líquida consolidada foi de R\$ 2.539,5 milhões, com crescimento de 10,5%. O EBITDA foi de R\$ 591,3 milhões, evolução de 2,8% em relação ao mesmo período de 2010, com margem de 23,3% e lucro líquido de R\$ 338,6 milhões.

No Brasil, a Natura ganhou 46 pontos base de *market share* no mercado alvo nos quatro primeiros meses do ano, atingindo participação de 25,4%, seu maior patamar.

Em nossas operações internacionais, nos primeiros seis meses do ano, a receita bruta aumentou 36,6% em moeda local ponderada em relação ao ano anterior. O resultado operacional das operações em consolidação (Argentina, Chile e Peru) elevou-se a R\$ 9,5 milhões (R\$ 1,8 milhões em 2010) e seguimos investindo nas operações em implantação (México e Colômbia).

A base de nossas consultoras evoluiu a taxas expressivas. No Brasil alcançamos cerca de 1,1 milhão de consultoras com crescimento de 15,6% ao final do semestre e nas operações internacionais atingimos 217 mil consultoras. No consolidado somamos 1,3 milhão de consultoras.

O mercado de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPP&C), apesar de apresentar taxas relevantes, cresceu menos do que em 2010. Segundo dados do Sipatesp/Abiphec¹, o

1 Sindicato da Indústria de Perfumarias de Artigos de Toucador no Estado de São Paulo / Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Comentário do Desempenho

mercado alvo cresceu 9,5% nos primeiros quatro meses do ano, versus 13,5% no ano anterior. Neste contexto, o mercado tornou-se ainda mais dinâmico e competitivo.

A desaceleração nas taxas de crescimento da economia e do mercado HPP&C, bem como nosso desempenho abaixo das expectativas, nos orientam a adotar as correções necessárias para manter adequada a lucratividade da empresa nesse ano, ajustando as despesas e focando ainda mais em ganhos de produtividade o que deve ocorrer gradativamente ao longo deste segundo semestre do ano. Serão mantidos os investimentos em projetos e iniciativas transformadoras de médio e longo prazo, como inovação, infraestrutura logística, sistemas de informação e desenvolvimento de lideranças.

Ao mesmo tempo teremos ações de marketing e lançamentos de maior relevância. Iniciamos o segundo semestre com o lançamento de um novo conceito e da submarca "VôVó", e o relançamento de toda a linha Ekos, com maior composição de ativos da biodiversidade brasileira e novas embalagens. Nosso plano de investimento em marketing para o segundo semestre está coerente com o momento de mercado que estamos vivendo.

O ambiente competitivo mais acirrado e a entrada de novos concorrentes estimulam a evolução dos nossos negócios e a busca contínua de eficiência. A Natura conta com sólidos fundamentos; valores e cultura diferenciados, um time de liderança de alto desempenho, uma marca forte e admirada, oportunidades em categorias e faixas de preços nas quais ainda não atuamos e um canal de vendas que segue crescendo a taxas importantes.

A inovação é nosso principal vetor de diferenciação e de crescimento no longo prazo. Seguimos investindo em pesquisa e desenvolvimento de produtos e conceitos, e em especial planejamos um aumento dos esforços na inovação comercial, com ênfase no uso de meios digitais, acreditando que nosso modelo de venda direta tem uma grande oportunidade de evolução na qualidade dos serviços, tanto para o canal de vendas, como para os consumidores finais.

Reafirmamos a confiança de que seguiremos crescendo acima do mercado e ampliando nossa área de atuação, tanto no Brasil, como nas operações internacionais.

Mercado de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

A Natura nos primeiros quatro meses de 2011 ampliou o market share. Segundo dados da Sipatesp/Abihpec, o mercado alvo teve uma evolução de 9,5% no período, enquanto a Natura apresentou um ganho de 46 pontos base de market share neste segmento.

Comentário do Desempenho

➤ **ABIHPEC/SIPATESP – mercado alvo de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos no Brasil e *market share* Natura**

	Mercado Alvo (R\$ milhões)			Market Share - Natura (%)		
	4M11	4M10	Var. %	4M11	4M10	Var. pp
Cosméticos e Fragrâncias	2.704,2	2.489,7	8,6%	39,6%	38,2%	1,5
Higiene Pessoal	3.262,4	2.958,7	10,3%	13,7%	13,9%	(0,2)
Total	5.966,6	5.448,4	9,5%	25,4%	25,0%	0,5

Desempenho socioambiental

Nesse trimestre, destacamos o lançamento do Programa Amazônia, que nasce para gerar novos negócios e atuar como um catalisador de conhecimentos, ideias e iniciativas. O desafio da Natura com o Programa é contribuir para o desenvolvimento sustentável da região amazônica por meio de ciência, tecnologia e inovação e adensamento das cadeias produtivas da região. Uma inovação que integra os diversos públicos e conhecimentos em uma grande rede de trocas – de energia, de matéria e de informações, para que juntas possam buscar soluções a partir dos produtos e serviços da sócio biodiversidade e revelar o grande potencial de negócios existente na Amazônia.

O Programa está baseado em três grandes iniciativas: i) Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); ii) Cadeias Produtivas Sustentáveis; e iii) Fortalecimento Institucional. Numa primeira etapa, entre 2011 e 2013, o foco será expandir a atuação da empresa no segmento de HPP&C por meio de investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Isso se dará a partir da criação de um Centro de Conhecimento, em Manaus (AM), e da expansão da Unidade Industrial de Benevides (PA), com uma moderna fábrica de sabonetes.

Em nossos indicadores de ecoeficiência, alcançamos uma representativa queda de emissões de gases efeito estufa no 1º trimestre. Reduzimos 5,8% nossa emissão relativa. Isso se deve principalmente a um mix de vendas favoráveis, na qual as emissões de embalagens tiveram um expressivo papel na redução. Outras fontes apresentaram redução, como exportação e material de apoio.

Comentário do Desempenho

A tabela abaixo mostra o desempenho frente a alguns de nossos compromissos para 2011:

Indicador	Compromisso 2010	Resultado 2010	Compromisso 2011	Resultado 2011
Gases de efeito estufa*	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	-7,3% (21,2% acumulado)	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	-5,8% (25,8% acumulado)
Consumo de água**	Reduzir em 10% o consumo de água por unidade faturada.	0,47 litro/unidade faturada (10% de redução)	Reduzir em 3% o consumo total de água por unidade faturada.	0,58 litro/ unidade faturada
Arrecadação CPV**	Arrecadar R\$ 6 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver.	R\$ 10,0 milhões	Arrecadar R\$ 13 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver.	R\$ 2,9 milhões

* Obs. Referente ao acumulado 1T11

**Obs. referente ao acumulado de maio

Comentário do Desempenho

2. RESULTADO CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.296,1	1.111,5	16,6	1.296,1	1.111,5	16,6
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	113,3	98,6	14,9	213,4	193,3	10,4
Receita Bruta	1.885,1	1.736,2	8,6	3.441,2	3.117,7	10,4
Receita Líquida	1.393,6	1.283,6	8,6	2.539,5	2.298,0	10,5
Lucro Bruto	980,6	883,6	11,0	1.783,2	1.586,3	12,4
Despesas com Vendas	(486,4)	(413,8)	17,5	(909,3)	(762,6)	19,2
Despesas Administrativas e Gerais	(192,3)	(150,3)	28,0	(343,3)	(277,3)	23,8
Remuneração dos Administradores	(3,7)	(2,8)	29,7	(6,9)	(6,8)	0,6
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	3,0	(12,4)	n/d	16,8	(13,2)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(21,1)	(12,8)	64,7	(31,3)	(19,4)	61,5
Lucro antes do IR/CSLL	280,1	291,5	-3,9	509,2	506,9	0,4
Lucro Líquido	188,1	191,5	-1,8	338,6	333,1	1,7
EBITDA**	327,3	331,8	-1,4	591,3	575,3	2,8
<i>Margem Bruta</i>	<i>70,4%</i>	<i>68,8%</i>	<i>1,5 pp</i>	<i>70,2%</i>	<i>69,0%</i>	<i>1,2 pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>34,9%</i>	<i>32,2%</i>	<i>2,7 pp</i>	<i>35,8%</i>	<i>33,2%</i>	<i>2,6 pp</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>13,8%</i>	<i>11,7%</i>	<i>2,1 pp</i>	<i>13,5%</i>	<i>12,1%</i>	<i>1,5 pp</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>13,5%</i>	<i>14,9%</i>	<i>-1,4 pp</i>	<i>13,3%</i>	<i>14,5%</i>	<i>-1,2 pp</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>23,5%</i>	<i>25,9%</i>	<i>-2,4 pp</i>	<i>23,3%</i>	<i>25,0%</i>	<i>-1,8 pp</i>

(*) Posição ao final do ciclo 8 de vendas

(**) EBITDA = Lucro operacional antes dos efeitos financeiros, impostos, depreciação e amortização.

A **receita líquida consolidada** no 2T11 foi de R\$ 1.393,6 milhões, com crescimento de 8,6% em comparação ao 2T10 (R\$ 1.283,6 milhões no 1º semestre 2011, avanço de 10,5%). **No Brasil**, a receita líquida alcançou R\$ 1.274,8 milhões, 7,1% superior a do segundo trimestre do ano passado (R\$ 1.207,3 milhões no acumulado, 9,1% superior ao ano anterior). **Nas operações internacionais**, a receita líquida atingiu R\$ 118,8 milhões, crescimento de 36,0% em moeda local ponderada (28,0% em reais) em relação ao 2T10 (R\$ 86,4 milhões no acumulado, avanço de 36,5% em moeda local ponderada, 28,7% em reais).

Comentário do Desempenho

O **Custo dos Produtos Vendidos** (CPV) passou de 31,2% da receita líquida no 2T10 para 29,6% no 2T11, uma melhora de 160 pontos base na margem bruta. O aumento de preço, nossa gestão com os fornecedores, somados à valorização do real frente ao dólar foram os principais responsáveis por essa redução. No acumulado, a evolução foi de 120 pontos base, passando de 31,0% no primeiro semestre de 2010 para 29,8% no mesmo período de 2011.

O quadro abaixo exhibe o custo aberto de seus principais componentes:

> Composição do CPV

	2T11	2T10	6M11	6M10
MP / ME ¹	82,0	84,2	81,1	82,3
Mão Obra s/PLR	10,6	9,0	10,0	9,0
Depreciação	1,6	2,9	2,5	3,2
Outros	5,8	3,9	6,4	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(¹) Matéria-prima e material de embalagem

As **despesas com vendas** representaram 34,9% da receita líquida no 2T11 (versus 32,2% no ano anterior). Neste trimestre, tivemos uma menor diluição dos custos fixos logísticos e de nossa força de vendas, com o aumento dos custos de armazenagem, abertura de novos CDs, e com a intensificação da abertura de novos grupos de CNOs, especialmente em cidades menores. No acumulado do ano, as despesas com venda passaram de 33,2% em 2010 para 35,8% em 2011, seguindo a mesma tendência.

As **despesas administrativas** representaram 13,8% da receita líquida no 2T11 comparativamente a 11,7% no 2T10. Reflexo do incremento no investimento em inovação e em projetos estratégicos que irão viabilizar o crescimento futuro, conforme temos divulgado. No acumulado dos seis meses, representaram 13,5% da receita líquida em 2011 contra 12,1% em 2010.

Outras receitas e despesas operacionais apresentam receita de R\$ 3,0 milhões, impacto do efeito, não recorrente, do reconhecimento crédito de Pis e Cofins extemporâneo sobre armazenagem. No acumulado, a receita de R\$ 16,8 milhões contempla, além disso, o efeito, não recorrente, do reconhecimento de um ativo contingente de Pis e Cofins (crédito sobre tributação de receitas financeiras).

O **lucro consolidado antes do IR/CSLL** no segundo trimestre de 2011 foi de R\$ 280,1 milhões (R\$ 291,5 milhões no 2T10). No acumulado de 2011, alcançou R\$ 509,2 milhões (R\$

Comentário do Desempenho

O **lucro líquido consolidado** foi de R\$ 188,1 milhões no 2T11 versus R\$ 191,5 milhões no 2T10, queda de 1,8%.

O **EBITDA consolidado** foi de R\$ 327,3 milhões no 2T11 e de R\$ 331,8 milhões no 2T10, queda de 1,4%, com margem EBITDA de 23,5% (25,9% no 2T10). No acumulado de 2011, o EBITDA somou R\$ 591,3 milhões, crescimento de 2,8% em relação a 2010 (R\$ 575,3 milhões). A margem EBITDA foi de 23,3% em 2011, 25,0% em 2010.

> EBITDA (R\$ milhões)

	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Receita Líquida	1.393,6	1.283,6	8,6	2.539,5	2.298,0	10,5
(-) Custos e Despesas	1.092,4	979,4	11,5	1.999,0	1.771,7	12,8
EBIT	301,2	304,3	-1,0	540,5	526,3	2,7
(+) Depreciação / amortização	26,1	27,6	(5,4)	50,8	49,0	3,7
EBITDA	327,3	331,8	-1,4	591,3	575,3	2,8

A seguir apresentamos a conciliação do EBITDA consolidado por bloco de operações:

> EBITDA pró-forma por bloco de operações
(R\$ milhões)

	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Brasil	341,0	343,8	(0,8)	628,6	610,7	2,9
Argentina, Chile e Peru	8,2	5,3	52,7	9,5	1,8	414,9
México, Colômbia	(6,7)	(6,4)	3,9	(13,4)	(12,8)	4,8
Outros Investimentos	(15,2)	(10,8)	40,0	(33,3)	(24,4)	36,3
Total	327,3	331,8	-1,4	591,3	575,3	2,8

Comentário do Desempenho

➤ **FLUXO DE CAIXA (Pró-forma)**

(R\$ milhões)	6M11	6M10	Var %
Lucro líquido	338,6	333,1	1,7
(+) Depreciações e amortizações	50,8	49,0	3,7
Geração interna de caixa	389,4	382,1	1,9
(Aumento) / Redução do Capital de Giro	(109,4)	60,6	na
Itens não caixa (variação cambial)	(18,5)	4,1	na
Geração operacional de caixa	261,5	446,9	(41,5)
Adições do imobilizado intangível	(100,7)	(63,0)	59,8
Geração de caixa livre*	160,9	383,9	(58,1)

(*) (Geração interna de caixa) +/- (variações no capital de giro e realizável e exigível a longo prazo) - (aquisições de ativo imobilizado).

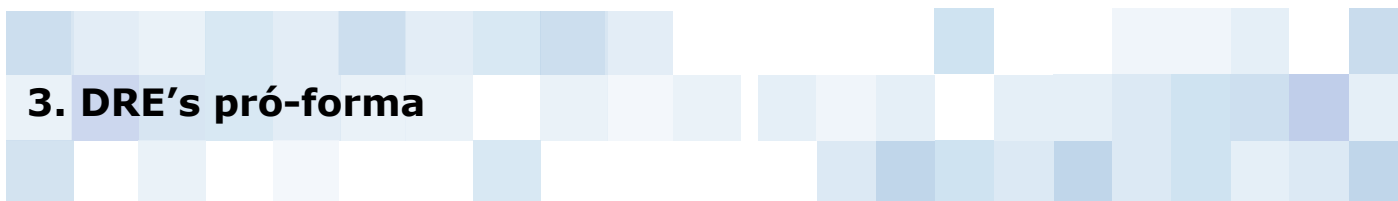
A geração interna de caixa no 1S11 foi de R\$ 389,4 milhões, crescimento de 1,9%, pouco acima do crescimento de 1,7% do lucro líquido. Desse total, houve um investimento de R\$ 109,4 milhões no capital de giro e uma aplicação de R\$ 100,7 milhões em imobilizado. Com isso, geração de caixa livre foi de R\$ 160,9 milhões, redução de 58,1% em relação ao 1S10.

Observamos um aumento na cobertura de estoques, mitigada por redução em contas a receber, reflexo das vendas aquém de nossas expectativas.

Tivemos também um aumento nos impostos a recuperar decorrente do crédito de P/C sobre resultado financeiro e de crédito de ICMS em função do aumento nos estoques. Temos um plano de ação consistente para a redução significativa deste montante no 2º semestre.

Em 2010, o capital de giro foi beneficiado especialmente por recuperação de impostos e pela alteração na política de recolhimento do IR/CSLL.

Comentário do Desempenho



A margem de lucro auferida nas exportações do Brasil para as operações internacionais foi subtraída do CPV das respectivas operações, demonstrando o real impacto dessas subsidiárias² no resultado consolidado da empresa. Desta forma, a Demonstração de Resultados pró-forma Brasil apresenta somente o resultado das vendas realizadas no mercado interno.

² Esse ajuste é feito de forma plena uma vez que 100% do capital dessas subsidiárias são detidos pela Natura Cosméticos S.A.

Comentário do Desempenho

3.1 OPERAÇÃO BRASIL (DRE Pró-Forma)

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.079,1	933,8	15,6	1.079,1	933,8	15,6
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	97,6	88,5	10,3	187,7	174,8	7,4
Receita Bruta	1.735,5	1.618,9	7,2	3.174,2	2.909,8	9,1
Receita Líquida	1.274,8	1.190,8	7,1	2.327,3	2.133,2	9,1
Lucro Bruto	907,5	827,5	9,7	1.654,8	1.488,1	11,2
Despesas com Vendas	(422,6)	(363,8)	16,2	(791,5)	(666,7)	18,7
Despesas Administrativas e Gerais	(168,6)	(132,0)	27,7	(293,9)	(239,1)	22,9
Remuneração dos Administradores	(3,7)	(2,8)	29,7	(6,9)	(6,8)	0,6
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	3,7	(11,3)	n/d	18,4	(11,2)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(21,9)	(12,4)	76,2	(31,7)	(17,7)	78,9
Lucro antes do IR/CSLL	294,5	305,2	-3,5	549,1	546,6	0,5
Lucro Líquido	204,8	207,5	-1,3	383,6	376,8	1,8
EBITDA	341,0	343,8	-0,8	628,6	610,7	2,9
<i>Margem Bruta</i>	<i>71,2%</i>	<i>69,5%</i>	<i>1,7 pp</i>	<i>71,1%</i>	<i>69,8%</i>	<i>1,3 pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>33,2%</i>	<i>30,6%</i>	<i>2,6 pp</i>	<i>34,0%</i>	<i>31,3%</i>	<i>2,8 pp</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>13,2%</i>	<i>11,1%</i>	<i>2,1 pp</i>	<i>12,6%</i>	<i>11,2%</i>	<i>1,4 pp</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>16,1%</i>	<i>17,4%</i>	<i>-1,4 pp</i>	<i>16,5%</i>	<i>17,7%</i>	<i>-1,2 pp</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>26,7%</i>	<i>28,9%</i>	<i>-2,1 pp</i>	<i>27,0%</i>	<i>28,6%</i>	<i>-1,6 pp</i>

- O número de consultoras no Brasil alcançou 1.079 mil ao final do 2T11, com um crescimento de 15,6% em comparação ao mesmo período de 2010. A produtividade³ acumulada de nossas consultoras reduziu-se em 6,1% (passando de R\$ 4.498 no 1S10 para R\$ 4.224 no 1S11).
- O índice de inovação continua em patamares adequados, atingindo 61,1% ao final do primeiro semestre.

³ Produtividade medida a preços de varejo

Comentário do Desempenho

3.2 OPERAÇÕES EM CONSOLIDAÇÃO (Argentina, Chile e Peru)

DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	142,6	123,7	15,3	142,6	123,7	15,3
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	10,8	6,8	57,8	16,2	12,2	32,2
Receita Bruta	101,6	85,0	19,5	180,4	149,3	20,8
Receita Líquida	77,3	64,9	19,1	137,4	114,0	20,5
Lucro Bruto	48,1	40,1	19,9	84,5	68,8	22,7
Despesas com Vendas	(35,0)	(29,8)	17,3	(65,0)	(57,1)	13,9
Despesas Administrativas e Gerais	(5,6)	(4,6)	21,1	(10,8)	(9,4)	14,9
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,2)	(1,1)	-84,5	(0,9)	(2,0)	-53,0
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	0,8	(0,6)	n/d	0,7	(0,3)	n/a
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	8,2	4,0	105,7	8,5	0,1	n/d
Lucro / (Prejuízo) Líquido	6,4	2,2	184,2	4,5	(3,0)	n/d
EBITDA	8,2	5,3	52,7	9,5	1,8	414,9
<i>Margem Bruta</i>	62,2%	61,8%	0,4 pp	61,5%	60,4%	1,1 pp
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	45,2%	45,9%	-0,7 pp	47,3%	50,0%	-2,8 pp
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	7,3%	7,2%	0,1 pp	7,8%	8,2%	-0,4 pp
<i>Margem Líquida</i>	8,2%	3,4%	4,8 pp	3,3%	-2,7%	5,9 pp
<i>Margem EBITDA</i>	10,6%	8,2%	2,3 pp	6,9%	1,6%	5,3 pp

- Nas operações em consolidação, a receita líquida no 2T11 foi de R\$ 77,3 milhões com um crescimento de 30,0% em moeda local ponderada (19,1% em reais) em relação ao 2T10. No 1S11, a receita líquida atingiu R\$ 137,4 milhões, crescimento de 30,4% e 20,5% respectivamente.
- O número de consultoras cresceu 15,3%, alcançando 143 mil ao final do 2T11.
- Essas operações apresentaram um EBITDA favorável de R\$ 8,2 milhões no 2T11 e de R\$ 9,5 milhões no acumulado. O maior investimento em marketing foi compensado pela diluição das despesas com força de vendas e administrativas e por uma maior eficiência

Comentário do Desempenho

logística, impulsionada pelo aumento nos pedidos feitos pela internet que superam 70% em todas as operações.

3.3 OPERAÇÕES EM IMPLANTAÇÃO (México e Colômbia)

DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	71,4	52,1	36,9	71,4	52,1	36,9
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	4,6	3,2	46,9	9,0	6,0	50,0
Receita Bruta	42,2	27,7	52,0	76,7	50,2	52,7
Receita Líquida	36,4	23,9	52,1	66,1	43,3	52,7
Lucro Bruto	22,5	13,4	67,2	39,2	24,9	57,5
Despesas com Vendas	(25,1)	(17,1)	47,4	(45,4)	(32,1)	41,4
Despesas Administrativas e Gerais	(3,9)	(3,4)	15,3	(7,6)	(6,5)	15,8
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,6)	0,0	n/d	(0,7)	(0,0)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(0,0)	0,2	n/d	(0,3)	(1,4)	n/d
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	(7,1)	(6,8)	5,5	(14,7)	(15,1)	-2,6
Lucro / (Prejuízo) Líquido	(7,6)	(7,2)	5,2	(15,7)	(16,0)	-1,7
EBITDA	(6,7)	(6,4)	3,9	(13,4)	(12,8)	4,8
<i>Margem Bruta</i>	<i>61,8%</i>	<i>56,2%</i>	<i>5,6 pp</i>	<i>59,3%</i>	<i>57,5%</i>	<i>1,8 pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>69,1%</i>	<i>71,3%</i>	<i>-2,2 pp</i>	<i>68,7%</i>	<i>74,2%</i>	<i>-5,5 pp</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>10,7%</i>	<i>14,1%</i>	<i>-3,4 pp</i>	<i>11,4%</i>	<i>15,1%</i>	<i>-3,6 pp</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>

- Nas operações em implantação, a receita líquida no 2T11 foi de R\$ 36,4 milhões, crescimento de 56,2% em moeda local ponderada (52,1% em reais). No 1S11, a receita líquida foi de R\$ 66,1 milhões, evolução de 56,2% e 52,7% respectivamente.
- O número de consultoras ampliou-se em 36,9%, alcançando 71 mil ao final do 2T11.

Comentário do Desempenho

- Estas operações apresentaram EBITDA negativo de R\$ 6,7 milhões no 2T11 em linha com o valor de R\$ 6,4 milhões no 2T10.
- Em abril implementamos no México o novo modelo comercial chamado de "Red de Relaciones Sustentables" (Rede de Relações Sustentáveis), um modelo multinível, com possibilidade de carreira e indicadores econômicos, sociais e ambientais. A recepção do modelo por nossa força de vendas foi bastante positiva, mas estamos em período de adaptação e de ajustes. Estamos confiantes de que será uma iniciativa vitoriosa e que nos ajudará a ampliar o canal e fortalecer nossa marca naquele país.

Os outros investimentos internacionais, que dizem respeito a nossa operação na França e aos gastos com projetos e estrutura corporativa dedicada a área internacional, registraram prejuízo (EBITDA) de R\$ 15,2 milhões no 2T11, R\$ 33,3 milhões no 1S11 (R\$ 10,8 milhões e R\$ 24,4 milhões em 2010 respectivamente). Em 2011, as despesas não recorrentes relacionadas ao novo modelo comercial no México, aqui alocadas, totalizaram R\$ 6,8 milhões.

4. DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 20 de julho de 2011, aprovou proposta da diretoria para o pagamento, em 12 de agosto de 2011, de dividendos referentes aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2011 e juros sobre o capital próprio referentes ao período de 1º de janeiro a 20 de julho de 2011, no montante de R\$ 295,3 milhões e R\$ 37,5 milhões (R\$ 31,9 milhões, líquidos de imposto de rendas na fonte), respectivamente.

Esses dividendos e juros sobre o capital próprio, somados, referentes ao primeiro semestre de 2011 representarão uma remuneração líquida de R\$ 0,758 por ação a serem pagos em 12 de agosto de 2011 para os acionistas na posição de 26 de julho de 2011, sendo que a partir de 27 de julho de 2011, as ações da companhia serão negociadas "ex" dividendos e "ex" JCP. Os juros sobre o capital próprio serão contabilizados em julho de 2011.

Comentário do Desempenho

5. RECOMPRA DE AÇÕES

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 20 de julho de 2011, aprovou um Programa de Recompra de Ações, a serem mantidas em tesouraria, para atender ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários dos Planos de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias aprovados pela Companhia, no limite de quatro milhões de ações ordinárias, representando 2,3% do total de ações em circulação.

As operações de aquisição serão realizadas a preço de mercado no pregão da BM&FBOVESPA, com a intermediação das seguintes instituições financeiras: BTG Pactual e Morgan Stanley CTVM, no prazo máximo de 365 dias, contados a partir do dia 1º de Agosto de 2011 até o dia 31 de julho de 2012, cabendo à Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada.

Comentário do Desempenho

TELECONFERÊNCIA & WEBCAST

Português: Sexta-feira, 22 de julho de 2011
10h00 – horário de Brasília

Inglês: Sexta-feira, 22 de julho de 2011
12h00 – horário de Brasília

Participantes do Brasil: +55 11 4688-6341

Participantes dos EUA: Toll Free +1 800 860-2442

Participantes de outros países: +1 412 858-4600

Senha para os participantes: Natura

Transmissão ao vivo pela internet: www.natura.net/investidor

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefone: (11) 4196-1421

Helmut Bossert, helmutbossert@natura.net

Patricia Anson, patriciaanson@natura.net

Bruno Caloi, brunocaloi@natura.net

Bruno Compagnoli, brunocompagnoli@natura.net



Comentário do Desempenho

> Balanços Patrimoniais Levantados em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010

ATIVO	Jun/11	Dez/10	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Jun/11	Dez/10
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	622,4	560,2	Empréstimos e financiamentos	347,8	226,6
Contas a receber de clientes	437,2	570,3	Fornecedores e outras contas a pagar	315,2	366,5
Estoques	675,3	571,5	Salários, participações nos resultados e encargos sociais	154,3	162,7
Impostos a recuperar	159,0	101,5	Obrigações tributárias	407,9	366,0
Outros créditos	96,2	66,4	Instrumentos financeiros derivativos	20,9	4,1
Total do ativo circulante	1.990,1	1.869,9	Outras obrigações	57,1	64,7
			Total do passivo circulante	1.303,3	1.190,7
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo:			Empréstimos e financiamentos	664,5	465,1
Impostos a recuperar	102,4	109,3	Obrigações tributárias	231,2	215,1
Imposto de renda e contribuição social diferido	218,8	180,3	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	67,7	73,8
Depósitos judiciais	379,9	337,0	Provisão para plano de assistência médica	21,6	19,7
Outros créditos não circulantes	46,6	44,9	Total do passivo não circulante	985,0	773,7
Imobilizado	587,1	560,5			
Intangível	135,5	120,1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do ativo não circulante	1.470,3	1.352,0	Capital social	427,0	418,1
			Reservas de capital	153,7	149,6
			Reservas de lucros	284,1	282,9
			Lucros acumulados	339,1	-
			Ações em tesouraria	(0,0)	(0,0)
			Dividendo adicional proposto	-	430,1
			Outros resultados abrangentes	(31,6)	(23,2)
			Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.172,1	1.257,5
			Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	0,0	0,0
TOTAL DO ATIVO	3.460,4	3.221,9	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.460,4	3.221,9

Comentário do Desempenho

> Demonstrações Contábeis do Resultado para os Trimestres Fintos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

<i>em R\$ milhões</i>	2T11	2T10	6M11	6M10
RECEITA LÍQUIDA	1.393,6	1.283,6	2.539,5	2.298,0
Custo dos produtos vendidos	(413,0)	(400,1)	(756,3)	(711,8)
LUCRO BRUTO	980,6	883,6	1.783,2	1.586,2
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(486,4)	(413,8)	(909,3)	(762,6)
Administrativas e gerais	(192,0)	(150,3)	(343,0)	(277,3)
Remuneração dos administradores	(4,0)	(2,8)	(7,2)	(6,8)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3,0	(12,4)	16,8	(13,2)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	301,2	304,3	540,5	526,3
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de renda e contribuição social	(92,0)	(100,0)	(170,6)	(173,9)
LUCRO LÍQUIDO	188,1	191,5	338,6	333,1

Comentário do Desempenho

> Demonstrações Contábeis dos Fluxos de Caixa para os Trimestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

em R\$ milhões	6M11	6M10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	338.6	333.1
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	50.8	49.0
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	23.8	(7.9)
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5.0)	(1.4)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(11.9)	(10.1)
Imposto de renda e contribuição social	170.6	173.9
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	5.2	11.5
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	14.1	(1.0)
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	5.6	3.8
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	0.1	0.5
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.1)	2.8
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	27.1	(27.8)
Provisão com plano de assistência médica	1.8	6.7
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	(16.9)	-
	602.9	533.0
AUMENTO/REDUÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Contas a receber de clientes	134.1	13.0
Estoques	(130.9)	(3.7)
Impostos a recuperar	(33.9)	(4.1)
Outros ativos	(31.5)	2.2
Fornecedores nacionais e estrangeiros	(51.3)	4.8
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(8.5)	(3.7)
Obrigações tributárias	27.6	2.4
Outros passivos	(7.7)	8.8
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.1)	(2.3)
Subtotal	(103.1)	17.4
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	499.9	550.3
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(178.7)	(79.3)
Recebimentos (pagamentos) de recursos por liquidação de operações com derivativos	(6.9)	1.4
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.0)	(19.2)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	285.2	453.2
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado e intangível	(100.7)	(63.0)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	2.6	2.1
Depósitos judiciais	(31.0)	(36.4)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(129.1)	(97.3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(106.0)	(546.0)
Captações de empréstimos e financiamentos	432.9	497.6
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(430.1)	(357.6)
Aumento de capital por subscrição	8.9	5.5
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(94.3)	(400.5)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira	0.3	0.3
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	62.2	(44.3)

Comentário do Desempenho

O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representado o fluxo de caixa para os períodos apresentados. Também não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e sua definição na Sociedade, eventualmente, pode não ser comparável ao LAJIDA ou EBITDA definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Este relatório contém informações futuras. Tais informações não são apenas fatos históricos, mas refletem os desejos e as expectativas da direção da Natura. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares, pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas, que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e produtos, aceitação dos produtos no mercado, transições de produto da Companhia e seus competidores, aprovação regulamentar, moeda, flutuação da moeda, dificuldades de fornecimento e produção e mudanças na venda de produtos, dentre outros riscos. Este relatório também contém algumas informações "proforma", elaboradas pela Companhia a título exclusivo de informação e referência, portanto, são grandezas não auditadas. Este relatório está atualizado até a presente data e a Natura não se obriga a atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

NATURA COSMÉTICOS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Itapeberica da Serra, Estado de São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “NATU3”.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas “Natura”) compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Temos dois picos de demanda durante o ano - no mês de novembro que antecede o Natal e em abril, nas semanas anteriores ao Dia das Mães, que ocorre na primeira quinzena do mês de maio. As vendas da Sociedade estão sujeitas a uma sazonalidade consistente com a do setor varejista. A referida sazonalidade impacta diretamente as nossas vendas no segundo e quarto trimestres e os nossos estoques no encerramento do primeiro e terceiro trimestres.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário, foram aplicadas de modo consistente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 e nº 3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo as demonstrações contábeis individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com as práticas adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis anuais foram divulgadas em 23 de fevereiro de 2011.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – ‘Interim Financial Reporting’, emitida pelo ‘IASB’, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações não incluem todos os requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais e, dessa forma, estas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, divulgadas em 23 de fevereiro de 2011.

Notas Explicativas

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de junho de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Sociedade iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Sociedade e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (‘CVM’) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas

Notas Explicativas

com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ('IASB'), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

c) Plano de assistência médica

O valor atual do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 23.2. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Finanças e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Finanças da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas do Grupo.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Risco de mercado

A Sociedade e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude dos instrumentos financeiros de diversas naturezas contratados pela Sociedade e as suas controladas em moedas diferentes das suas moedas funcionais (moedas estrangeiras), foi implantada uma política para proteger o risco cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial).

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Notas Explicativas

A Política de Proteção Cambial considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial decorrentes de: (i) compra de insumos para a produção; (ii) importação de máquinas e equipamentos; e (iii) investimentos nas controladas no exterior nas respectivas moedas.

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas estão expostas substancialmente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Sociedade ou suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano.

Em 30 de junho de 2011, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que em conjunto representam um passivo líquido de R\$324.409 e R\$328.548, respectivamente (em 31 de dezembro de 2010, R\$52.567 e R\$58.675, respectivamente). Estas contas estão substancialmente constituídas por empréstimos e financiamentos que, na sua totalidade em 30 de junho de 2011 e 98,7% em 31 de dezembro de 2010, estão protegidos por derivativos do tipo “swap”.

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Sociedade classifica os derivativos em “financeiros” e “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” ou “forwards” contratados para proteger o risco cambial de contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos (geralmente “forwards”) contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos futuros aportes de capital para as suas controladas no exterior.

Em 30 de junho de 2011 os contratos em aberto de “swap” e “forward”, têm vencimentos entre agosto de 2011 e fevereiro de 2017, foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bradesco (30%), Brasil (69%) e HSBC (1%) e estão assim compostos:

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Derivativos “financeiros” - Controladora

Descrição	Valor nominal		Valor justo		Ganho (perda) do período/exercício	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Contratos de “swap” (1)- Ponta ativa-						
Posição comprada dólar	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>319.631</u>	<u>52.121</u>	<u>(20.557)</u>	<u>(2.109)</u>
	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>319.631</u>	<u>52.121</u>	<u>(20.557)</u>	<u>(2.109)</u>
Ponta passiva-						
Taxa CDI pós-fixada-						
Posição comprada dólar	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>340.188</u>	<u>54.231</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>340.188</u>	<u>54.231</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Derivativos “financeiros” - Consolidado

Descrição	Valor nominal		Valor justo		Ganho (perda) do período/exercício	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Contratos de “swap” (1)- Ponta ativa-						
Posição comprada dólar	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>323.115</u>	<u>57.367</u>	<u>(20.949)</u>	<u>(2.830)</u>
	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>323.115</u>	<u>57.367</u>	<u>(20.949)</u>	<u>(2.830)</u>
Ponta passiva-						
Taxa CDI pós-fixada-						
Posição comprada dólar	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>344.064</u>	<u>60.197</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>344.064</u>	<u>60.197</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Derivativos “operacionais” - Controladora e Consolidado

Descrição	Valor nominal		Valor justo		Ganho (perda) do período/exercício	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Contratos “forward” (2)- Ponta ativa-						
Posição comprada dólar	<u>-----</u>	<u>34.542</u>	<u>-----</u>	<u>34.555</u>	<u>-----</u>	<u>(1.231)</u>
Ponta passiva-						
Taxa prefixada-						
Posição comprada dólar	<u>-----</u>	<u>34.542</u>	<u>-----</u>	<u>35.786</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

O valor nominal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados ainda em aberto na data do balanço.

- (1) As operações de “swap” financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.
- (2) As operações de “forward” financeiros estabelecem uma paridade futura entre o real e a moeda estrangeira tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.

Notas Explicativas

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não através de Bolsa de Mercadorias e Futuros, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos “financeiros”, a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos líquidos equivalentes registrados no balanço patrimonial, tornando as operações atreladas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	324.409	328.548
Valor nocional dos derivativos “financeiros”	(331.705)	(335.893)
Exposição líquida	<u>(7.296)</u>	<u>(7.345)</u>

A análise de sensibilidade foi preparada levando em consideração uma exposição líquida positiva de R\$7.296 para a controladora e R\$7.345 para o consolidado. As tabelas do semestre findo em 30 de junho de 2011 demonstram o ganho (perda) que teria sido reconhecido no resultado a seguir de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição:</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição líquida	Queda do dólar	<u>112</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(3.648)</u>

<u>Descrição:</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição líquida	Queda do dólar	<u>112</u>	<u>(1.836)</u>	<u>(3.673)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma queda do dólar de 25% (R\$1,17/US\$1,00) e de 50% (R\$0,78/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio, e está apresentando o referido cenário em atendimento à IFRS 7.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas pré-fixadas expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP, CDI e taxas pré-fixas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Administração da Sociedade entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP em 2011, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Por isso não tem como política contratar derivativos para proteger esse risco.

A Sociedade e suas controladas têm como política contratar derivativos do tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI, TJLP e taxas pré-fixadas. No entanto, em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade e suas controladas não tinham esse tipo de empréstimos.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado na seção de risco cambial anterior, considerando que em 30 de junho de 2011 quase que a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos cambiais, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos – em moeda local (nota explicativa 14)	(373.431)	(674.566)
Operações com derivativos atrelados ao CDI/TJLP	(324.409)	(328.548)
Aplicações financeiras	<u>295.373</u>	<u>575.838</u>
Exposição líquida	<u>(402.467)</u>	<u>(427.276)</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e

Notas Explicativas

financiamentos atrelados ao CDI e TJLP, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (nota explicativa nº 5).

As tabelas seguintes demonstram a perda que teria sido reconhecida no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>(12.326)</u>	<u>(15.407)</u>	<u>(30.815)</u>

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>(13.085)</u>	<u>(16.357)</u>	<u>(32.714)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (19,14% ao ano) e 50% (22,97% ao ano), respectivamente.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) de Vendas, e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

A Sociedade considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes vencimentos são demonstrados a seguir:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo 2011	Efeito do desconto	Valor contábil 2011
<u>Controladora em 30 de junho de 2011</u>							
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	181.968	-	-	-	181.968	-	181.968
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos	20.557	-	-	-	20.557	5.467	15.090
Não circulante-							
Empréstimos e financiamentos	-	509.908	5.964	-	515.872	-	515.872
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo 2011	Efeito do desconto	Valor contábil 2011
<u>Consolidado em 30 de junho de 2011</u>							
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	347.835	-	-	-	347.835	-	347.835
Fornecedores	315.238	-	-	-	315.238	-	315.238
Derivativos	20.949	-	-	-	20.949	5.546	15.403
Não circulante-							
Empréstimos e financiamentos	-	602.669	57.653	4.200	664.522	-	664.522
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	697.840	428.442	1.012.357	691.663
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(300.133)	(206.125)	(622.387)	(560.229)
Dívida líquida	<u>397.707</u>	<u>222.317</u>	<u>389.970</u>	<u>131.434</u>
Patrimônio líquido	<u>1.172.136</u>	<u>1.257.501</u>	<u>1.172.137</u>	<u>1.257.502</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>33,9%</u>	<u>17,7%</u>	<u>33,3%</u>	<u>10,5%</u>

4.4. Estimativa de valores justos

O valor justo dos instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo na data do balanço patrimonial é determinado conforme CPC 40 e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, um distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utiliza outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em função de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a mensuração da totalidade dos derivativos da Sociedade e suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizadoAplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP, aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados encontram-se divulgado na nota explicativa nº 14.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Caixa e bancos	4.760	9.688	46.549	38.314
Aplicações financeiras- CDBs pós-fixados	<u>295.373</u>	<u>196.437</u>	<u>575.838</u>	<u>521.915</u>
	<u>300.133</u>	<u>206.125</u>	<u>622.387</u>	<u>560.229</u>

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 100,0% e 101,5% do CDI.

Os CDBs são classificados pela Administração da Sociedade e de suas controladas na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Contas a receber de clientes	419.702	550.355	501.799	635.944
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(54.636)</u>	<u>(56.663)</u>	<u>(64.586)</u>	<u>(65.664)</u>
	<u>365.066</u>	<u>493.692</u>	<u>437.213</u>	<u>570.280</u>

Notas Explicativas

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
A vencer	307.405	432.703	379.915	492.947
Vencidos até 30 dias	65.201	79.136	71.366	93.967
Vencidos entre 31 e 60 dias	14.969	10.897	16.363	16.777
Vencidos entre 61 e 90 dias	8.553	8.072	9.315	9.406
Vencidos entre 91 e 180 dias	<u>23.574</u>	<u>19.547</u>	<u>24.840</u>	<u>22.847</u>
	<u>419.702</u>	<u>550.355</u>	<u>501.799</u>	<u>635.944</u>

O saldo de contas a receber de clientes no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 89% do saldo em aberto em 30 de junho de 2011 referente a transações em reais (91% em 31 de dezembro de 2010), sendo o saldo remanescente denominado em moedas estrangeiras diversas, formado pelas vendas das controladas no exterior.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o semestre findo em 30 de junho de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
<u>Saldo em</u>			<u>Saldo em</u>	<u>Saldo em</u>			<u>Saldo em</u>
<u>12/2010</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>06/2011</u>
<u>(56.663)</u>	<u>(37.278)</u>	<u>39.305</u>	<u>(54.636)</u>	<u>(65.664)</u>	<u>(41.496)</u>	<u>42.574</u>	<u>(64.586)</u>

(a) Provisão constituída conforme a nota explicativa nº 2.7 das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

(b) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações contábeis intermediárias é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Sociedade e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Produtos acabados	185.699	181.188	541.462	465.027
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	140.100	127.305
Material promocional	17.783	14.383	53.773	37.576
Produtos em elaboração	-	-	17.698	17.290
Provisão para perdas	<u>(12.075)</u>	<u>(10.479)</u>	<u>(77.782)</u>	<u>(75.673)</u>
	<u>191.407</u>	<u>185.092</u>	<u>675.251</u>	<u>571.525</u>

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o semestre findo em 30 de junho de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 06/2011	Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 06/2011
<u>(10.479)</u>	<u>(6.814)</u>	<u>5.218</u>	<u>(12.075)</u>	<u>(75.673)</u>	<u>(27.136)</u>	<u>25.027</u>	<u>(77.782)</u>

(a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, conforme a real necessidade para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade e por suas controladas.

(b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade e por suas controladas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos	-	-	130.202	97.888
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - RS	2.815	3.022	2.815	3.022
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (a)	11.715	7.120	13.156	7.120
ICMS - ST a ressarcir - processo de denúncia espontânea - SP (b)	-	-	12.340	16.421
Impostos a compensar - controladas no exterior	-	-	21.502	21.567
ICMS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	6.689	6.825	15.517	16.136
COFINS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	6.848	9.589
PIS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	1.475	2.237
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	23.277	19.743	24.235	20.025
PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial (c)	11.887	-	16.852	-
PIS e COFINS a compensar sobre fretes	1.846	-	1.846	-
IRPJ e CSLL a compensar	10	10	10	1.746
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	-	-	2.834	5.574
Outros	3.989	3.000	14.702	12.282
(-) Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	-	-	<u>(2.947)</u>	<u>(2.879)</u>
	<u>62.228</u>	<u>39.720</u>	<u>261.387</u>	<u>210.728</u>
Circulante	58.407	34.799	158.969	101.464
Não circulante	<u>3.821</u>	<u>4.921</u>	<u>102.418</u>	<u>109.264</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade e por sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades Federativas (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigentes desde fevereiro de 2008. A Sociedade obteve em 2010 com a Secretaria da Fazenda - SeFaz um regime especial que permite a compensação dos referidos créditos através de um mecanismo denominado "Via Rápida" ("Fast Track"), no qual os créditos são compensados no mês seguinte ao da apuração, amparados por carta de fiança bancária em mesmo valor.
- (b) Em 24 de setembro de 2008 foi emitido pela Coordenadoria de Administração Tributária da SeFaz - SP expediente que acata a denúncia espontânea formalizada pela controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., relacionada à adoção de procedimentos sobre o ICMS - ST nos meses de fevereiro a maio de 2008 em desacordo com os dispositivos do Regulamento do ICMS - RICMS/2000, artigos 264, inciso IV, 313-E e 313-G. O referido expediente esclarece os procedimentos necessários para a regularização das operações realizadas pela controlada no referido período. Em decorrência dessa regularização foram apurados créditos de ICMS - ST no montante de R\$12.340 em 30 de junho de 2011 (R\$16.421 em 31 de dezembro de 2010).

O crédito será compensado pela controlada após averiguação por parte das autoridades fiscais; entretanto, com base na avaliação dos assessores legais e da Administração da controlada, o risco de não compensação dos valores registrados em 30 de junho de 2011 é remoto.

- (c) O montante demonstrado refere-se ao reconhecimento de crédito tributário de PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 17 (ativos contingentes - (a)).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme o CPC 26 e IAS 12. Os valores são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6)	18.576	19.266	18.576	19.266
Provisão para perdas nos estoques (nota explicativa nº 7)	4.105	3.563	24.428	21.725
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	18.476	18.884	37.414	40.375
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 16)	596	573	33.686	28.869
Passivo atuarial - plano de assistência médica (nota explicativa nº 23.2)	4.821	4.462	7.260	6.702
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos (nota explicativa nº 24)	6.989	1.136	7.123	1.381
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (nota explicativa nº 16)	18.490	13.672	18.490	13.672
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	2.667	3.879	3.308	4.432
Provisões para obrigações contratuais	2.148	1.947	2.789	2.777
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	-	-	1.002	979
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	5.554	6.874	5.554	6.874
Diferenças temporárias das operações internacionais	-	-	6.022	6.562
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	5.768	-	5.768	-
Provisões para participação nos resultados	5.137	-	16.476	-
Outras diferenças temporárias	<u>16.869</u>	<u>13.235</u>	<u>30.924</u>	<u>26.645</u>
	<u>110.196</u>	<u>87.491</u>	<u>218.820</u>	<u>180.259</u>

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos na controladora para os períodos apresentados é demonstrada como segue:

Controladora	12/2010	Debitado (creditado) à demonstração do resultado		06/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.266	(690)		18.576
Provisão para perdas nos estoques	3.563	542		4.105
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.884	(408)		18.476
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	573	23		596
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	1.136	5.853		6.989
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	13.672	4.818		18.490
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	3.879	(1.212)		2.667
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	6.874	(1.320)		5.554
Passivo atuarial - plano de assistência médica	4.462	359		4.821
Provisões para obrigações contratuais	1.947	201		2.148
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	-	5.768		5.768
Provisões para participação nos resultados	-	5.137		5.137
Outras diferenças temporárias	<u>13.235</u>	<u>3.634</u>		<u>16.869</u>
	<u>87.491</u>	<u>22.705</u>		<u>110.196</u>

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no consolidado para os períodos apresentados é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

<u>Consolidado</u>	<u>12/2010</u>	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>06/2011</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.266	(690)	18.576
Provisão para perdas nos estoques	21.725	2.703	24.428
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	40.375	(2.961)	37.414
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	28.869	4.817	33.686
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	1.381	5.742	7.123
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	13.672	4.818	18.490
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	4.432	(1.124)	3.308
Provisões para participação de benefícios e parcerias a pagar	6.874	(1.320)	5.554
Diferenças temporárias das operações internacionais	6.562	(540)	6.022
Passivo atuarial - plano de assistência médica	6.702	558	7.260
Provisões para obrigações contratuais	2.777	12	2.789
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	979	23	1.002
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	-	5.768	5.768
Provisões para participação nos resultados	-	16.476	16.476
Outras diferenças temporárias	<u>26.645</u>	<u>4.279</u>	<u>30.924</u>
	<u>180.259</u>	<u>38.561</u>	<u>218.820</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

Os créditos tributários possuem prazos estimados de realização conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	62.340	116.369
2012	12.740	15.466
2013	5.186	53.712
2014 em diante	<u>29.930</u>	<u>33.273</u>
	<u>110.196</u>	<u>218.820</u>

Adicionalmente, em 30 de junho de 2011 a Sociedade possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de histórico de lucros tributáveis, não foram registrados nas demonstrações contábeis das respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários em 30 de junho de 2011, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

Prejuízos fiscais:

Argentina	13.594
Chile	75.926
México	79.156
Colômbia	48.072
França	45.761

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração), exceto pelas controladas Argentina e México cujos créditos tributários possuem os seguintes prazos para compensação:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2011	3.203	-
2012	2.944	-
2013	4.390	-
2014	-	11
2015	2.518	6.869
2016 em diante	<u>539</u>	<u>72.276</u>
	<u>13.594</u>	<u>79.156</u>

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	471.976	480.637	509.189	506.928
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(160.472)	(163.417)	(173.124)	(172.356)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	7.992	8.866	7.992	8.866
Incentivos fiscais doações	1.928	2.600	3.607	3.573
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 12)	5.532	458	-	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais gerados por controladas no exterior	-	-	(17.054)	(14.682)
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07	(539)	792	(1.493)	(275)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	8.315	6.197	8.315	6.197
Outras diferenças permanentes	<u>3.879</u>	<u>(3.081)</u>	<u>1.179</u>	<u>(5.199)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(133.365)</u>	<u>(147.585)</u>	<u>(170.578)</u>	<u>(173.876)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(156.070)	(142.307)	(209.139)	(188.423)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22.705	(5.278)	38.561	14.547
Taxa efetiva - %	28,3	30,7	33,5	34,3

(*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
ICMS - ST (*) (nota explicativa nº 17.(a))	61.549	53.809	61.549	53.809
ICMS - ST exigibilidade suspensa (*) (nota explicativa nº 16.(b))	190.361	167.019	190.361	167.019
Outras obrigações tributárias provisionadas (nota explicativa nº 16.(e) e (g))	8.909	8.556	49.938	48.106
Outras obrigações tributárias sem provisão (nota explicativa nº 16.(d) e (f))	10.633	10.426	10.636	10.426
Processos tributários sem provisão	38.995	30.676	42.968	36.034
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 17)	9.925	9.600	11.623	10.754
Processos cíveis sem provisão	933	938	1.025	1.343
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 17)	1.878	1.874	1.983	1.976
Processos trabalhistas sem provisão	5.332	4.410	7.133	5.130
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 17)	<u>2.017</u>	<u>1.762</u>	<u>2.690</u>	<u>2.410</u>
	<u>330.532</u>	<u>289.070</u>	<u>379.906</u>	<u>337.007</u>

(*) Correspondem à ação declaratória de ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 16.(b) e nº 17.(a).

11. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Adiantamento para propaganda	21.752	20.052	22.646	20.997
Ativos destinados à venda	-	-	17.752	17.752
Caixa restrito - CDB (*)	-	-	<u>6.217</u>	<u>6.155</u>
	<u>21.752</u>	<u>20.052</u>	<u>46.615</u>	<u>44.904</u>

(*) Este saldo se refere a um bloqueio para garantia de uma execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Com base na análise efetuada pelos assessores legais da Sociedade, a probabilidade de perda deste processo é possível.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Investimentos em controladas	<u>1.159.086</u>	<u>1.099.188</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Informações e movimentação dos saldos para o semestre findo em 30 de junho de 2011

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brasil) International B.V. - Holanda (*)	Natura Cosméticos Espanha S.L.	Total
Capital social	526.155	90.274	11.282	92.535	5.501	5.008	171.188	55.364	74.862	73	1.032.242
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,94%	99,97%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	
Patrimônio líquido das controladas	991.669	21.712	3.577	47.784	256	20.695	49.342	14.609	9.462	106	1.159.212
Participação no patrimônio líquido	991.570	21.709	3.575	47.769	256	20.693	49.337	14.608	9.462	106	1.159.085
Lucro líquido (prejuízo) do período das controladas	58.859	784	(2.040)	(9.949)	-	9.004	(23.982)	(7.756)	(8.658)	-	16.262
<u>Valor contábil dos investimentos</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2010	930.614	23.246	(891)	56.902	273	45.021	26.950	8.782	8.208	83	1.099.188
Resultado de equivalência patrimonial	58.859	784	(2.039)	(9.946)	-	9.004	(23.979)	(7.755)	(8.658)	-	16.270
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	-	(2.321)	(239)	(4.995)	(17)	(130)	(899)	112	82	-	(8.407)
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	2.097	-	-	-	-	798	-	-	-	-	2.895
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(34.000)	-	-	-	-	(34.000)
Aumentos de capital	-	-	6.744	5.809	-	-	47.265	13.469	9.830	23	83.140
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>991.570</u>	<u>21.709</u>	<u>3.575</u>	<u>47.770</u>	<u>256</u>	<u>20.693</u>	<u>49.337</u>	<u>14.608</u>	<u>9.462</u>	<u>106</u>	<u>1.159.086</u>

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

Natura Cosméticos - México: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.

Natura Europa SAS: Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura International Inc. (EUA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (França) e Natura Brasil SAS (França).

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

<u>Imobilizado</u>	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Controladora					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Veículos	33	31.427	(16.295)	15.132	34.234	(14.491)	19.743
Benfeitorias em propriedade de terceiros (b)	15	25.356	(11.232)	14.124	23.486	(9.053)	14.433
Máquinas e equipamentos	4	39.007	(4.329)	34.678	27.668	(3.018)	24.650
Móveis e utensílios	7	6.578	(2.732)	3.846	6.264	(2.584)	3.680
Equipamentos de informática	18	7.686	(4.224)	3.462	6.614	(3.803)	2.811
Projetos em andamento	-	10.872	-	10.872	11.699	-	11.699
Adiantamentos a fornecedores	-	<u>37.045</u>	<u>-</u>	<u>37.045</u>	<u>15.159</u>	<u>-</u>	<u>15.159</u>
		<u>157.971</u>	<u>(38.812)</u>	<u>119.159</u>	<u>125.124</u>	<u>(32.949)</u>	<u>92.175</u>

<u>Intangível</u>	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Controladora					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares e outros	17	<u>32.684</u>	<u>(12.207)</u>	<u>20.477</u>	<u>29.190</u>	<u>(10.604)</u>	<u>18.586</u>

<u>Imobilizado</u>	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Consolidado					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Máquinas e equipamentos	5	324.669	(133.986)	190.683	308.262	(124.315)	183.947
Edifícios	4	151.142	(57.330)	93.812	151.161	(54.305)	96.856
Instalações	9	126.497	(68.112)	58.385	120.440	(65.066)	55.374
Terrenos	-	27.203	-	27.203	27.180	-	27.180
Moldes	7	113.870	(86.127)	27.743	105.362	(79.921)	25.441
Veículos	33	51.458	(22.787)	28.671	56.361	(21.181)	35.180
Equipamentos de informática	9	101.114	(51.468)	49.646	75.749	(45.969)	29.780
Móveis e utensílios	8	28.848	(12.640)	16.208	27.164	(11.926)	15.238
Benfeitorias em propriedade de terceiros (b)	11	46.492	(22.322)	24.170	44.273	(18.725)	25.548
Projetos em andamento	-	14.066	-	14.066	35.489	-	35.489
Adiantamentos a fornecedores	-	54.850	-	54.850	28.648	-	28.648
Outros	1	<u>3.993</u>	<u>(2.338)</u>	<u>1.655</u>	<u>3.897</u>	<u>(2.111)</u>	<u>1.786</u>
		<u>1.044.202</u>	<u>(457.110)</u>	<u>587.092</u>	<u>983.986</u>	<u>(423.519)</u>	<u>560.467</u>

<u>Intangível</u>	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Consolidado					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Fundo de comércio - Natura Europa SAS - França (a)	-	4.709	-	4.709	4.629	-	4.629
Softwares	12	215.324	(84.619)	130.705	188.660	(73.376)	115.284
Marcas e patentes	10	<u>1.501</u>	<u>(1.431)</u>	<u>70</u>	<u>1.573</u>	<u>(1.413)</u>	<u>160</u>
		<u>221.534</u>	<u>(86.050)</u>	<u>135.484</u>	<u>194.862</u>	<u>(74.789)</u>	<u>120.073</u>

(a) O fundo de comércio gerado na compra da Natura Europa SAS - França está fundamentado na existência de ponto comercial onde esta se localiza, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, com sustentação de se tratar de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A variação ocorrida no saldo, entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011, deve-se exclusivamente aos efeitos da variação cambial.

(b) As taxas de amortização consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados, os quais variam de três a cinco anos.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Informações adicionais sobre o imobilizado

a) Bens dados em garantia e penhora

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Máquinas e equipamentos	10.289	10.289
Terreno	-	700
Equipamentos de informática	544	1.130
Veículos	<u>602</u>	<u>602</u>
Saldos no fim do período	<u>11.435</u>	<u>12.721</u>

b) Despesas com arrendamentos operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Aluguéis	<u>608</u>	<u>608</u>	<u>3.270</u>	<u>4.480</u>

c) Saldo de juros capitalizados no ativo imobilizado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Edifícios	<u>1.453</u>	<u>1.479</u>

Despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos períodos/exercícios

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011 (seis meses)	1.345	9.718
2012	2.690	19.436
2013	2.690	19.436
2014 em diante	<u>13.752</u>	<u>86.894</u>
	<u>20.477</u>	<u>135.484</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Mutações do imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>
Saldos no início do semestre/exercício	92.175	50.375	560.467	492.256
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):				
Máquinas e equipamentos	1.284	8.884	6.642	29.669
Projetos em andamentos/adiantamentos a fornecedores	33.466	32.389	43.732	84.555
Veículos	2.115	13.498	5.246	24.193
Moldes	-	-	7.667	16.986
Instalações	-	-	1.567	7.208
Equipamentos de informática	946	769	4.167	7.304
Móveis e utensílios	438	545	1.333	1.618
Outros	201	1.036	1.202	3.695
	<u>38.450</u>	<u>57.121</u>	<u>71.556</u>	<u>175.228</u>
(-) Baixas líquidas	(2.722)	(2.706)	(5.446)	(37.605)
(-) Depreciação	<u>(8.744)</u>	<u>(12.615)</u>	<u>(39.485)</u>	<u>(69.412)</u>
Saldos no fim do semestre/exercício	<u>119.159</u>	<u>92.175</u>	<u>587.092</u>	<u>560.467</u>

Mutações do intangível

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>
Saldos no início do semestre/exercício	18.586	11.527	120.073	82.740
Adições-				
Softwares (inclui gastos com implementação)	3.627	9.749	29.096	61.648
(-) Baixas líquidas	(133)	-	(2.331)	(4.879)
(-) Amortização	<u>(1.603)</u>	<u>(2.690)</u>	<u>(11.354)</u>	<u>(19.436)</u>
Saldos no fim do semestre/exercício	<u>20.477</u>	<u>18.586</u>	<u>135.484</u>	<u>120.073</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Referência
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	
<u>Moeda local</u>					
BNDES - EXIM (a)	-	-	177.289	116.388	A
Financiadora de Estudos e Projetos					
FINEP	-	-	33.242	27.633	B
Debêntures	353.202	352.669	353.202	352.669	C
BNDES (a)	20.229	23.206	99.505	110.996	D
Conta garantida	-	-	-	2.001	E
BNDES FINAME	-	-	7.182	6.506	F
Banco do Brasil - Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT Fomentar	-	-	3.322	3.908	G
Arrendamentos mercantis - financeiros	-	-	633	940	H
FINEP subvenção	-	-	191	2.086	I
Total em moeda local	<u>373.431</u>	<u>375.875</u>	<u>674.566</u>	<u>623.127</u>	
<u>Moeda estrangeira</u>					
BNDES - EXIM (a)	-	-	-	1.229	J
BNDES (a)	2.039	2.479	6.178	7.358	K
Resolução nº 4.131 (a)	322.370	50.088	322.370	50.088	L
Operação internacional - Peru	-	-	9.243	9.861	M
Total em moeda estrangeira	<u>324.409</u>	<u>52.567</u>	<u>337.791</u>	<u>68.536</u>	
Total geral	<u>697.840</u>	<u>428.442</u>	<u>1.012.357</u>	<u>691.663</u>	
Circulante	181.968	60.086	347.835	226.595	
Não circulante	<u>515.872</u>	<u>368.356</u>	<u>664.522</u>	<u>465.068</u>	

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Dezembro de 2011 e março de 2014	Para a parcela com vencimento em dezembro 2011 juros de 7% prefixado a.a. Para a parcela com vencimento em março de 2014, TJLP (462) + 2,5% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Março de 2013 e maio 2019	Para parcela com vencimento em 2013 TJLP (b), para parcela com vencimento Maio 2019 5%	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
C	Real	Maio de 2013	Juros de 108% do CDI (c) com vencimento em maio de 2013	Não há
D	Real	Março de 2016	Para a parcela com vencimento em março de 2016: TJLP (b) + juros de 1,8% a.a.	Carta de fiança bancária
E	Real	Abril de 2011	123,9% do CDI (c) a.a. + IOF (d)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Setembro de 2016	Juros de 4,5% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
G	Real	Fevereiro de 2014	Juros de 4,4% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
H	Real	Até setembro de 2012	Juros de 99,5% a 102,99% da taxa DI - CETIP (e)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil
I	Real	Dezembro de 2012	Não há	Não há
J	Dólar	Fevereiro de 2011	Variação cambial + 8,31% a.a. (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A.
K	Dólar	Abril de 2016	Variação cambial + 1,8% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A. e Carta de Fiança Bancária
L	Dólar	Agosto de 2011, setembro de 2011, maio de 2013 e junho de 2013	Variação cambial + 1,65% a.a., variação cambial + 2,02% a.a., variação cambial + 3,40% a.a. e variação cambial + 3,88% a.a. (a)	Aval da controladora Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
M	Novo sol	Dezembro de 2011	Juros de 4,15% a.a. (a)	Fiança bancária

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

(b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

(d) IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

(e) DI - CETIP - índice diário calculado a partir da taxa média DI, divulgada pela Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2010	12/2010
2012 (6 meses)	3.246	6.530	37.446	39.425
2013	506.662	355.820	565.223	379.440
2014	4.423	4.450	30.595	22.963
2015	1.526	1.539	21.080	19.001
2016 em diante	<u>15</u>	<u>17</u>	<u>10.178</u>	<u>4.239</u>
Total	<u>515.872</u>	<u>368.356</u>	<u>664.522</u>	<u>465.068</u>

A seguir, os contratos de empréstimos bancários vigentes:

a) Descrição dos empréstimos bancários

1. Programas BNDES - EXIM Pré-embarque e BNDES - EXIM Pré-embarque Especial

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é beneficiária dos programas de financiamento na fase pré-embarque para a exportação de bens e serviços com o BNDES. Em regra, os requisitos para a participação nos referidos programas são: (i) possuir crédito aprovado com a instituição financeira que celebrará o contrato de financiamento; e (ii) fabricar produtos com um índice mínimo de nacionalização de 60%.

2. Contratos de financiamento com o BNDES

A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Logística e Serviços Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos do parque industrial de Cajamar - SP, implementação de novos centros de distribuição, bem como adequação administrativa da unidade de Itapeverica da Serra - SP e aquisição de equipamentos necessários para esses fins.

3. Contrato de financiamento com a FINEP

A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP, que viabiliza e/ou cofinancia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Tais recursos foram destinados ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração dos projetos “Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais” e “Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Novos Produtos Cosméticos”.

Notas Explicativas**4. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME**

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., que contratam com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avalista. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES e Condições Gerais Reguladoras das Operações Relativas ao FINAME.

5. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco do Brasil em 24 de fevereiro de 2011 com vencimento em 26 de agosto de 2011 e valor de principal de US\$ 50.000.

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco do Brasil em 17 de março de 2011 com vencimento em 13 de setembro de 2011 e valor de principal de US\$ 50.000.

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco do Brasil em 10 de junho de 2011 com vencimento em 31 de maio de 2013 e valor de principal de US\$ 30.000.

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco Bradesco em 6 de junho de 2011 com vencimento em 3 de junho de 2013 e valor de principal de US\$ 60.000.

6. Debêntures

Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$350.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 26 de maio de 2010 e subscritas e integralizadas em 28 de maio de 2010, com pagamento de juros semestrais nos meses de maio e novembro, com vencimento de principal em 26 de maio de 2013.

b) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	526	642
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>107</u>	<u>377</u>
	633	1.019
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(40)</u>	<u>(79)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>593</u>	<u>940</u>

c) Cláusulas restritivas de contratos

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade e de suas controladas. A Sociedade cumpria integralmente todas as demais cláusulas restritivas dos contratos.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Fornecedores nacionais e estrangeiros	61.863	78.647	276.016	331.909
Frete a pagar	<u>38.643</u>	<u>34.585</u>	<u>39.222</u>	<u>34.585</u>
	<u>100.506</u>	<u>113.232</u>	<u>315.238</u>	<u>366.494</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros em 30 de junho de 2011 na controladora e no consolidado é de R\$6.347 e R\$11.320, respectivamente (R\$842 e R\$4.964, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010), e refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
ICMS ordinário e ST a pagar (b)	235.171	217.826	296.139	242.676
PIS/COFINS a pagar (medida liminar) (a)	1.752	1.686	99.077	84.908
IRPJ e CSLL a pagar	102.963	99.347	125.959	125.816
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	45.161	33.472	45.161	33.472
IRPJ e CSLL (medida liminar PAT)	-	-	2.829	2.261
IRRF	3.442	7.901	5.997	13.203
IPI - produtos isentos e com alíquota zero (d)	-	-	40.878	39.404

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Correção da UFIR sobre tributos federais (e)	5.930	6.216	6.081	6.360
Crédito de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (f)	-	-	-	3.768
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (g)	2.978	2.893	2.978	2.893
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte a recolher	2.869	5.319	3.945	7.554
PIS/COFINS a pagar	-	-	-	6.663
Impostos a pagar - controladas no exterior	-	-	8.538	9.354
ISS a pagar	443	613	1.548	2.799
	<u>400.709</u>	<u>375.273</u>	<u>639.130</u>	<u>581.131</u>
Depósitos judiciais ((b) e (g)) (nota explicativa nº 10)	<u>(199.270)</u>	<u>(175.575)</u>	<u>(240.299)</u>	<u>(215.125)</u>
Circulante	210.525	199.698	407.921	366.006
Não circulante	190.184	175.575	231.209	215.125

- (a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade e sua controlada obtiveram autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 30 de junho de 2011 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e junho de 2011, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$2.936, encontra-se depositada judicialmente.
- (b) Em 30 de junho de 2011, do saldo total registrado na controladora e no consolidado, os montantes de R\$129.840, R\$45.415, R\$14.962 e R\$144 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente (R\$119.371, R\$34.969 e R\$12.679 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010), que estão sendo discutidos judicialmente pela Sociedade, conforme também mencionado na nota explicativa nº 17.(a). A Sociedade vem efetuando depósitos judiciais mensais com relação aos montantes não recolhidos.
- (c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.
- (d) Refere-se a créditos de IPI sobre matérias-primas e materiais de embalagem adquiridos com a incidência de alíquota zero, como não tributados ou isentos. A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar concedendo o direito ao crédito. Em 25 de setembro de 2006, a liminar foi cassada por sentença, que julgou o pedido improcedente. A Sociedade interpôs recurso de apelação

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

para reapreciação do mérito e restabelecimento dos efeitos da liminar. Para suspender a exigibilidade do crédito tributário, em outubro de 2006 a Sociedade efetuou depósito judicial em relação ao valor compensado sob a vigência da liminar, cujo saldo atualizado monetariamente em 30 de junho de 2011 é de R\$40.878 (R\$39.404 em 31 de dezembro de 2010). No quarto trimestre de 2009, para o aproveitamento dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 470/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, prosseguindo com a discussão somente em relação aos créditos sobre os produtos isentos, desistindo, portanto, no tocante à discussão quanto aos créditos de IPI, dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados (vide detalhes no tópico “Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09”). Nessa data, após ter cumprido com os requerimentos para adesão ao pagamento dos débitos fiscais instituído pela Medida Provisória nº 470/09, a controlada aguarda o deferimento por parte da autoridade tributária para dar baixa, tanto dos valores registrados no passivo de exigibilidade suspensa quanto dos valores dos depósitos judiciais correspondentes.

- (e) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ/CSLL/Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (f) A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discute, por meio de mandados de segurança, o direito ao crédito de IPI nas aquisições de bens para o ativo imobilizado e de materiais de consumo. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (g) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R\$1.903, correspondente à decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da súmula vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010 foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09, em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade (responsabilidade solidária) no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

Notas ExplicativasParcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009 o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade e suas controladas, após terem protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais, cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fizeram os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade e por suas controladas, conforme a Lei nº 11.941/09:

	Controladora				
	12/2010	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2011
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (a)	2.893	-	-	85	2.978
Débitos fiscais de IRPJ/CSLL/ILL (b)	<u>6.216</u>	<u>(521)</u>	<u>-</u>	<u>236</u>	<u>5.931</u>
	<u>9.109</u>	<u>(521)</u>	<u>-</u>	<u>321</u>	<u>8.909</u>
	Consolidado				
	12/2010	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2011
Débitos fiscais de INSS - ação anulatória (a)	2.893	-	-	85	2.978
Débitos fiscais de IRPJ/CSLL/ILL (b)	6.360	(521)	-	242	6.081
Débitos fiscais de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (c)	<u>3.768</u>	<u>(3.654)</u>	<u>(223)</u>	<u>109</u>	<u>-</u>
	<u>13.021</u>	<u>(4.175)</u>	<u>(223)</u>	<u>436</u>	<u>9.059</u>

(a) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (g) desta mesma nota.

(b) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (e) desta mesma nota.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

(c) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (f) desta mesma nota.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Sociedade e suas controladas não se compensarão destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Em junho de 2011, após a consolidação dos débitos, os processos administrativos foram quitados em parcela única, o que gerou um estorno de provisão.

Para a sequência das etapas do parcelamento dos débitos fiscais da Sociedade e de suas controladas que se encontram em esfera judicial, aguarda-se a decisão sobre a consolidação dos valores para que haja a quitação dos mesmos, via conversão em renda dos valores depositados.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09

Em 13 de outubro de 2009, foi editada a Medida Provisória nº 470, que instituiu o pagamento e parcelamento de débitos fiscais decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil.

Em 3 de novembro de 2009, a PGFN e a Receita Federal do Brasil publicaram, no Diário Oficial da União - DOU, a Portaria Conjunta nº 9, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos de que trata o artigo 3º da Medida Provisória nº 470/09. Os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491/69 e os decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil, foram pagos ou parcelados, no âmbito de cada um dos órgãos, até 30 de novembro de 2009.

Conforme mencionado no item (d) desta mesma nota, a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado com referência a créditos de IPI decorrentes dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados.

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade aguarda o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, após manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, para concluir a etapa referente à consolidação dos débitos fiscais e para baixar os saldos do passivo de exigibilidade suspensa contra os depósitos judiciais efetuados até a referida data pelos valores atualizados monetariamente. Devido à existência de depósitos judiciais efetuados em períodos anteriores e à opção feita pela controlada pelo pagamento à vista, nenhum ganho foi registrado no resultado do exercício quanto à reversão de multa de mora e juros.

Notas Explicativas**17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Tributários	28.172	29.867	36.171	42.970
Cíveis	12.167	9.284	16.869	14.137
Trabalhistas	<u>11.878</u>	<u>14.131</u>	<u>14.656</u>	<u>16.677</u>
	<u>52.217</u>	<u>53.282</u>	<u>67.696</u>	<u>73.784</u>

Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	Controladora					06/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	999	424	-	(683)	30	770
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.562	-	-	-	157	7.719
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.452	-	(666)	-	599	4.385
Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.342	-	-	-	84	3.426
Honorários advocatícios e outros (g)	<u>13.512</u>	<u>-</u>	<u>(2.488)</u>	<u>-</u>	<u>848</u>	<u>11.872</u>
Risco tributário total provisionado	<u>29.867</u>	<u>424</u>	<u>(3.154)</u>	<u>(683)</u>	<u>1.718</u>	<u>28.172</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(9.600)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(325)</u>	<u>(9.925)</u>
	Consolidado					06/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	1.505	424	(453)	(683)	43	836
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.562	-	-	-	157	7.719
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.452	-	(666)	-	599	4.385
Ação anulatória - Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.342	-	-	-	84	3.426
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - honorários advocatícios (e)	2.780	-	(2.867)	-	87	-
PIS semestralidade - Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88 (f)	2.191	-	-	-	63	2.254
Honorários advocatícios e outros (g)	<u>21.138</u>	<u>700</u>	<u>(6.153)</u>	<u>-</u>	<u>1.866</u>	<u>17.551</u>
Risco tributário total provisionado	<u>42.970</u>	<u>1.124</u>	<u>(10.139)</u>	<u>(683)</u>	<u>2.899</u>	<u>36.171</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(10.754)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(869)</u>	<u>(11.623)</u>

(a) Refere-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.

(b) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Parte da provisão, no montante atualizado de R\$5.727 (R\$5.559 em 31 de dezembro de 2010), está depositada judicialmente. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso, que será decidido via Repercussão

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Geral.

- (c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em agosto de 2003, dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativamente à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos-base 2001 e 2002, respectivamente. A opinião dos advogados é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.

O auto de infração lavrado contra a Sociedade em agosto de 2003, relativamente à dedutibilidade no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.

- (d) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época. A Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar o auto de infração. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso.
- (e) Referiam-se aos honorários advocatícios para propositura de ações judiciais que discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no período de fevereiro de 1998 aos dias atuais.. O montante de honorários foi revertido durante o trimestre em virtude da probabilidade de perda na opinião dos advogados ter sido revisada e alterada de remota para possível com base no andamento do *leading case* (ADC-18) em trâmite no Supremo Tribunal Federal, bem como em função da alteração da composição da Corte.
- (f) Refere-se à compensação do PIS pago na forma dos Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, no período de 1988 a 1995, com impostos e contribuições federais devidos em 2003 e 2004. Durante o exercício de 2007, a Sociedade efetuou a reversão no montante de R\$14.910, devido à decisão favorável e definitiva à Sociedade, proferida em agosto de 2007. A provisão remanescente refere-se à parcela correspondente à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. que aguarda apreciação do processo pelo Conselho de Contribuintes.
- (g) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade e de suas controladas em processos tributários. Do montante provisionado, (i) R\$4.000 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de junho de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente de incorporação de ações da Natura Participações S.A. na Sociedade. Na opinião dos advogados da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto; (ii) R\$700 referem-se aos honorários advocatícios devidos para defesa apresentada na Autuação da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a qual exige supostas diferenças de ICMS ST em relação às remessas interestaduais realizadas a estabelecimentos da Sociedade localizados no Rio Grande do Sul. Na opinião dos advogados da Sociedade o risco de perda é classificado como remoto.

Riscos cíveis

	Controladora				Atualização monetária	06/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos		
Diversas ações cíveis (a)	4.828	6.419	(3477)	(380)	125	7.515
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.512	-	(61)	-	50	1.501
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>2.944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>207</u>	<u>3.151</u>
Risco cível total provisionado	<u>9.284</u>	<u>6.419</u>	<u>(3.538)</u>	<u>(380)</u>	<u>382</u>	<u>12.167</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.874)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1.878)</u>
Total	<u>9.284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.167</u>

Notas Explicativas

A.

	Consolidado					06/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	5.717	6.573	(3.571)	(381)	146	8.484
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.512	-	(61)	-	50	1.501
Honorários processo IBAMA (c)	3.965	-	(295)	-	63	3.733
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	2.943	-	-	-	208	3.151
Risco cível total provisionado	<u>14.137</u>	<u>6.573</u>	<u>(3.927)</u>	<u>(381)</u>	<u>467</u>	<u>16.869</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.976)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(1.983)</u>
Total	<u>14.137</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.869</u>

- (a) A Sociedade e suas controladas, em 30 de junho 2011, são partes em 2.274 ações e procedimentos cíveis (1.211 em 31 de dezembro de 2010), entre os quais 2.175 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.
- (b) Do total provisionado, o montante de R\$ 1.166 refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de acesso ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru. A opinião dos advogados é que a probabilidade de perda é remota.
- (c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa nos autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) contra a Sociedade em 2010 por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nos autos de infração relacionados à suposta ausência de repartição de benefícios e como possível a perda nos autos de infração relacionados ao suposto acesso irregular ao patrimônio genético em virtude do cumprimento total de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica ("CDB"), tratado internacional firmado na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a CDB no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União - que se recusa a negociar - a Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo aproximadamente 68% das solicitações ao Órgão Regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade.

Riscos trabalhistas

A Sociedade e suas controladas, em 30 de junho de 2011, são partes em 840 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (766 em 31 de dezembro de 2010), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	Controladora				
	12/2010	Adições	Reversões	Atualização monetária	06/2011
Risco trabalhista total provisionado	<u>14.131</u>	<u>2.437</u>	<u>(5.241)</u>	<u>551</u>	<u>11.878</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.762)</u>	<u>(255)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.017)</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

	Consolidado				
	<u>12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>06/2011</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>16.677</u>	<u>2.437</u>	<u>(5.282)</u>	<u>824</u>	<u>14.656</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(2.410)</u>	<u>(280)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(2.690)</u>

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Tributárias:				
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	61.549	53.809	61.549	53.809
Compensação de 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.236	5.121	5.236	5.121
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	4.764	4.567	4.764	4.567
Auto de infração IPI (d)	5.311	5.178	5.311	5.178
Processo administrativo - auto de infração ICMS - ST - DF (e)	11.807	25.077	11.807	25.077
Processo administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (f)	8.744	15.919	8.744	15.919
Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (g)	29.680	-	29.680	-
Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (h)	9.837	9.837	9.837	9.837
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (i)	1.816	1.779	1.816	1.779
Notificação fiscal de lançamento de débito - GFIP (j)	1.016	974	1.016	974
Auto de infração de ICMS - ST (k)	-	440	-	440
Pedido de compensação de tributos de mesma espécie - IRPJ e IRRF (l)	588	568	588	568
Outras	<u>51.510</u>	<u>44.051</u>	<u>56.819</u>	<u>52.373</u>
	<u>191.858</u>	<u>167.320</u>	<u>197.167</u>	<u>175.642</u>
Cíveis	3.887	3.315	4.618	4.133
Trabalhistas	<u>55.996</u>	<u>61.547</u>	<u>87.281</u>	<u>85.899</u>
	<u>251.741</u>	<u>232.182</u>	<u>289.066</u>	<u>265.674</u>

(a) Em 30 de junho de 2011, o montante demonstrado apresenta a seguinte composição:

1. ICMS - ST - PR - R\$ 50.142 (R\$46.768 em 31 de dezembro de 2010) - Ação movida pela Sociedade com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a junho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.
2. ICMS - ST - DF - R\$ 8.535 (R\$5.574 em 31 de dezembro de 2010) - Ação declaratória movida pela Sociedade com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a junho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.

Notas Explicativas A.

3. ICMS - ST - MS - R\$1.467 em 31 de dezembro de 2010 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso do Sul que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a junho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.
 4. ICMS - ST - MT - R\$2.872 em 30 de junho de 2011 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto.
- (b) A Lei nº 9.718/98 aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3% e permitiu que esse diferencial de 1% fosse compensado, durante 1999, com a contribuição social a recolher do mesmo ano. A Sociedade e suas controladas, entretanto, impetraram, em 1999, mandado de segurança e obtiveram liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário (diferença de 1% da alíquota) e autorizando o recolhimento da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, vigente até então. Em dezembro de 2000, tendo em vista precedentes desfavoráveis do Poder Judiciário, a Sociedade e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando a dívida referente à COFINS não recolhida no período. Com o recolhimento do tributo, a Sociedade e suas controladas passaram a ter direito à compensação de 1% da COFINS com a contribuição social, que foi feita no primeiro semestre de 2001. A Receita Federal do Brasil, no entanto, entende que o prazo para a compensação estava restrito ao ano-base 1999. Em 11 de setembro de 2006, a Sociedade foi notificada do indeferimento das compensações realizadas e tempestivamente entrou com o recurso cabível. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Sociedade.
 - (c) Ação movida pela Sociedade que pretende declarar a inexigibilidade do crédito fiscal cobrado pelo INSS, através de auto de infração lavrado com o objetivo de exigir a contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo para a manutenção de veículos paga às Promotoras de Venda. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1994 a outubro de 1999.
 - (d) Refere-se à execução fiscal visando à exigência de IPI decorrente de suposta falta de recolhimento e incorreta classificação de produtos comercializados. A Sociedade apresentou defesa na esfera judicial e aguarda seu julgamento definitivo.
 - (e) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado do Distrito Federal, em razão de suposto recolhimento a menor referente à diferença no recolhimento de ICMS próprio e ICMS-ST. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
 - (f) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em face da Sociedade, em razão de sua condição de substituta tributária, para cobrança de ICMS supostamente devido, em razão da ausência de critério para aferição da base de cálculo correta dessa imposto, relativo às operações subsequentes praticadas pelas revendedoras autônomas domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul. A Sociedade propôs ação anulatória para afastar essa exigência, a qual aguarda seu julgamento definitivo.
 - (g) Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul exigindo crédito tributário referente ao ICMS por suposta aplicação indevida de redução de base de cálculo concedida nas operações internas e suposta redução da alíquota interna na apuração do diferencial de alíquotas. Apresentamos defesas administrativas as quais aguardam seu julgamento.
 - (h) Autuação lavrada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, em razão de suposto creditamento do ICMS decorrente de aquisição de bens para integração dos ativos imobilizados transferidos, na data da compra, para outros estabelecimentos, bem como a bens adquiridos e supostamente não relacionados diretamente à atividade de produção e comercialização. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, alegando a possibilidade dos creditamentos efetuados, decadência do crédito tributário, bem como a ilegalidade da aplicação dos juros no montante de um décimo por cento ao dia, e aguarda seu julgamento definitivo.
 - (i) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso voluntário em face da decisão desfavorável perante o Conselho de Contribuintes, o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.

- (j) Exigência de multa pela falta de preenchimento na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, obrigação acessória previdenciária, de contribuições previdenciárias de autônomos e de verbas de caráter indenizatório. A Sociedade discute a cobrança na esfera judicial.
- (k) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado de Goiás, em razão de suposto recolhimento a menor pela Sociedade. A Sociedade, no primeiro trimestre de 2011, quitou o débito através de anistia concedida pelo Estado por meio da Lei nº 17.252/11, a qual reduziu a aplicação de juros e multa incidente sobre o valor devido.
- (l) Refere-se à não homologação de compensação de débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF do segundo trimestre de 2000 com créditos de IRPJ relativos ao quarto trimestre de 1999. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, que foi julgada parcialmente favorável. Em 12 de julho de 2006, foi distribuída em juízo ação anulatória, com realização de depósito judicial, a fim de discutir a cobrança relativa ao saldo da compensação não homologado pela Receita Federal do Brasil.

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem os seguintes processos ativos relevantes:

- a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. questionam judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 30 de junho de 2011, totalizavam R\$ 21.414 (R\$ 20.920 em 31 de dezembro de 2010). Durante o primeiro trimestre foi proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região acórdão favorável à Sociedade por meio dos Embargos de Declaração opostos pelas empresas, autorizando a compensação destes créditos tributários (i) com débitos de quaisquer tributos e contribuições federais no que se refere à empresa Natura Cosméticos e (ii) limitado aos débitos das referidas contribuições no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. Como consequência a Sociedade reconheceu os créditos de PIS e COFINS no montante de R\$16.852 na rubrica 'Impostos a recuperar' referente aos recolhimentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos anteriores à data de propositura das ações, à crédito do resultado do período na rubrica 'Outras receitas (despesas) operacionais'.

A Sociedade e sua controlada apresentaram recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal a fim de obter o reconhecimento do direito à compensação dos respectivos tributos recolhidos indevidamente nos dez anos anteriores à data de propositura de ambas as ações, bem como, no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., o direito de compensar esses créditos com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. A Sociedade já apresentou e aguarda a habilitação dos respectivos créditos reconhecidos para efetiva compensação destes com débitos referentes a tributos e contribuições federais.

Notas Explicativas

- b) A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. pleiteiam a restituição das parcelas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 30 de junho de 2011, totalizavam R\$ 298.788 (R\$288.584 em 31 de dezembro de 2010). A opinião dos advogados é que a probabilidade de êxito é possível.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital da Sociedade era R\$418.061.

Em março de 2011 foram subscritas 153.230 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$24,78, totalizando R\$3.797, passando o capital social da Sociedade em 31 de março de 2011 para 431.034.646 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$421.858. O capital autorizado passou de 10.428.709 para 10.275.479 ações nominativas ordinárias.

Em junho de 2011 foram subscritas 200.059 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$25,51, totalizando R\$5.104, passando o capital social da Sociedade em 30 de junho de 2011 para 431.234.705 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$426.962. O capital autorizado passou de 10.275.479 para 10.075.420 ações nominativas ordinárias.

- b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Em 14 de abril de 2011 foram pagos dividendos no valor total de R\$405.623 (R\$0,9414 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$24.456 (R\$0,0567 brutos por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2011 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2011, referente ao lucro líquido do exercício de 2010, que somados aos R\$253.947 de dividendos e R\$35.427 de juros sobre o capital próprio pagos em agosto de 2010, correspondem a uma distribuição de aproximadamente 95% do lucro líquido auferido no exercício de 2010.

Em 20 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou, “ad referendum” da

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações contábeis do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, a proposta para pagamento de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, referentes aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2011, nos montantes de R\$295.302 (R\$0,68 por ação) e R\$37.506, bruto de IRRF (R\$0,087 bruto por ação), respectivamente. O montante total dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio corresponde a 98% do lucro líquido consolidado registrado no primeiro semestre de 2011.

c) Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$</u>	<u>Preço médio por ação - R\$</u>
<u>655</u>	<u>14</u>	<u>21,37</u>

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R\$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004.

e) Reserva legal

Em virtude de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios a partir de 2006.

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2010, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$23.421 (R\$82.988 em 31 de dezembro de 2009). A retenção referente ao exercício de 2010 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2011 e ratificado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2011.

g) Outros resultados abrangentes

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Notas Explicativas**19. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS**

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, embora o principal tomador de decisões analise as informações sobre as receitas em diversos níveis, a principal segmentação dos negócios da Sociedade é baseada em vendas de cosméticos por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: Brasil, América Latina (“LATAM”) e demais países. Além disso, a LATAM é analisada em dois grupos: (i) Argentina, Chile e Peru; e (ii) México, Venezuela e Colômbia. Os segmentos possuem características de negócios semelhantes e cada um oferece produtos similares através da mesma metodologia de acesso aos consumidores.

A receita líquida por região está representada da seguinte forma no primeiro semestre de 2011:

- Brasil: 91,7%.
- Argentina, Chile e Peru: 5,4%.
- México, Venezuela e Colômbia: 2,6%.
- Outros: 0,3%.

Embora os segmentos internacionais não representem mais que 10% das informações necessárias para se agregar um segmento, conforme critérios de agregação descritos na IFRS 8, a Administração possui fortes indicadores de que seus negócios no exterior sofrerão aumento significativo em sua representatividade perante os saldos financeiros consolidados, e, dessa forma, a Administração optou por divulgá-los separadamente.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, descrição do negócio da Natura e políticas contábeis significativas. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos da Sociedade para 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as políticas contábeis aplicadas.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Contas de resultado

	06/2011				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	2.328.015	390.141	(47.647)	(31.746)	(168.907)
Argentina, Chile e Peru	137.425	(11.205)	(1.924)	729	(1.777)
México e Colômbia	66.116	(31.738)	(990)	(273)	106
Outros (*)	<u>7.907</u>	<u>(8.587)</u>	<u>(278)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>2.539.463</u>	<u>338.611</u>	<u>(50.839)</u>	<u>(31.290)</u>	<u>(170.578)</u>

	06/2010				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	2.134.034	385.531	(46.405)	(17.748)	(172.479)
Argentina, Chile e Peru	114.049	(15.087)	(1.454)	(260)	(1.255)
México, Venezuela e Colômbia	43.296	(16.985)	(810)	(1.364)	(142)
Outros (*)	<u>6.630</u>	<u>(20.407)</u>	<u>(367)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>2.298.009</u>	<u>333.052</u>	<u>(49.036)</u>	<u>(19.372)</u>	<u>(173.876)</u>

Contas patrimoniais

	06/2011			12/2010		
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>
Brasil	1.424.482	3.203.352	1.205.862	1.258.950	2.970.381	1.236.800
Argentina, Chile e Peru	18.425	139.614	65.735	19.489	156.666	76.802
México, Venezuela e Colômbia	10.195	89.219	25.012	10.858	69.041	33.009
Outros (*)	<u>17.233</u>	<u>28.206</u>	<u>6.662</u>	<u>16.177</u>	<u>25.783</u>	<u>6.738</u>
Consolidado	<u>1.470.335</u>	<u>3.460.391</u>	<u>1.303.271</u>	<u>1.305.474</u>	<u>3.221.871</u>	<u>1.353.349</u>

(*) Inclui operações da França e Corporativo Latam.

A Sociedade possui apenas uma classe de produtos comercializados pelas Consultoras(es) Natura denominada "Cosméticos". Desta forma, a divulgação da receita por classe de produtos não é aplicável.

A Sociedade possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

A receita de partes externas informadas ao Comitê Executivo foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Receita bruta:				
Mercado interno	3.173.639	2.908.177	3.173.026	2.908.631
Mercado externo	-	-	267.400	208.397
Outras vendas	-	-	756	679
	<u>3.173.639</u>	<u>2.908.177</u>	<u>3.441.182</u>	<u>3.117.707</u>
Devoluções e cancelamentos	(5.234)	(4.194)	(5.234)	(4.194)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(488.181)</u>	<u>(438.582)</u>	<u>(896.485)</u>	<u>(815.504)</u>
Receita líquida	<u>2.680.224</u>	<u>2.465.401</u>	<u>2.539.463</u>	<u>2.298.009</u>

21. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

- a) Está demonstrada a seguir a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Custo dos produtos vendidos	1.089.006	1.036.838	756.266	711.795
Despesas com vendas	715.841	608.832	909.293	762.598
Despesas gerais e administrativas	395.220	316.904	343.030	277.313
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	<u>6.176</u>	<u>6.848</u>	<u>7.187</u>	<u>6.848</u>
Total	<u>2.206.243</u>	<u>1.969.422</u>	<u>2.015.776</u>	<u>1.758.554</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

- b) Está demonstrada a seguir a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos e materiais de revenda	1.089.006	1.036.838	613.410	585.962
Despesas com marketing	442.292	375.590	471.375	399.332
Despesas com fretes	116.809	95.405	127.516	102.763
Despesas com prestação de serviços	37.505	23.245	84.013	61.001
Benefícios pagos a colaboradores e Administradores (nota explicativa nº 22)	131.290	116.118	302.833	262.417
Depreciação e amortização	10.347	7.783	50.821	49.036
Outras despesas	22.134	14.498	365.808	298.043
Prestação de serviços administrativos (nota explicativa nº 27.1)	231.122	193.687	-	-
Prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento (nota explicativa nº 27.1)	<u>125.738</u>	<u>106.258</u>	-	-
Total	<u>2.206.243</u>	<u>1.969.422</u>	<u>2.015.776</u>	<u>1.758.554</u>

22. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Salários e bonificações	96.616	85.814	226.567	196.351
Plano de pensão de contribuição definida (nota explicativa nº 23.1)	1.313	923	2.242	1.072
Ganho de executivos	2.714	1.296	5.609	3.791
Impostos e contribuições sociais	<u>30.647</u>	<u>28.085</u>	<u>68.415</u>	<u>61.203</u>
	<u>131.290</u>	<u>116.118</u>	<u>302.833</u>	<u>262.417</u>

22.1. Ganhos baseados em ações

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do programa, estabelecer o plano, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato válido até o ano 2008, os planos possuem prazo de quatro anos para elegibilidade ao exercício das opções, sendo 50% ao final do terceiro ano e 50% ao final do quarto ano, havendo ainda um prazo máximo de dois anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

Em 2009, o formato do programa foi alterado, sendo o prazo de elegibilidade ao exercício das opções de 100% ao final do quarto ano, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções

Notas Explicativas

outorgadas nos planos, e foi fixado o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

No âmbito desse novo modelo do programa, foram outorgadas 1.491.780 opções em 23 de março de 2011, pelo preço de exercício de R\$42,39.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	06/2011		12/2010	
	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)
Saldo no início do trimestre/exercício	28,10	6.839	23,22	5.538
Concedidas	42,39	1.492	34,17	2.176
Canceladas	28,04	(670)	22,80	(268)
Exercidas	<u>25,20</u>	<u>(353)</u>	<u>22,74</u>	<u>(607)</u>
Saldo no fim do trimestre/exercício	<u>32,13</u>	<u>7.308</u>	<u>28,10</u>	<u>6.839</u>

Das 7.308 mil opções existentes em 30 de junho de 2011 (6.839 mil opções em 31 de dezembro de 2010), 1.405 mil opções (822 mil opções em 31 de dezembro de 2010) são exercíveis. As opções exercidas em 2011 resultaram na emissão de 353 mil ações (607 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$2.714 e R\$5.609 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$1.296 e R\$3.791, respectivamente, na controladora e no consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2010).

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Em 30 de junho de 2011:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
29 de março de 2006	31,29	362.155	0,72	362.155
24 de abril de 2007	29,59	552.828	1,84	552.828
22 de abril de 2008	22,98	979.789	2,85	489.895
22 de abril de 2009	25,06	2.019.443	5,90	-
19 de março de 2010	36,77	1.901.997	6,82	-
21 de março de 2011	42,92	<u>1.491.780</u>	7,82	-
		<u>7.307.992</u>		<u>1.404.878</u>

Em 31 de dezembro de 2010:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
16 de março de 2005	20,25	82.981	0,21	82.981
29 de março de 2006	30,17	414.120	1,23	414.120
24 de abril de 2007	28,53	650.333	2,35	325.167
22 de abril de 2008	22,16	1.128.902	3,36	-
22 de abril de 2009	24,17	2.436.105	6,40	-
19 de março de 2010	35,46	<u>2.126.372</u>	7,32	-
		<u>6.838.813</u>		<u>822.268</u>

Em 30 de junho de 2011, o preço de mercado era de R\$38,48 (R\$47,69 em 31 de dezembro de 2010) por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2011 foram:

- Preço justo da opção de ação de R\$16,45 (R\$10,82 em 31 de dezembro de 2010) na data da outorga.
- Volatilidade de 36% (37% em 31 de dezembro de 2010).
- Rendimento de dividendos de 5,3% (5,3% em 31 de dezembro de 2010).
- Vida esperada da opção correspondente a três e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,98% (10,8% em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas**23. BENEFÍCIOS A COLABORADORES****23.1. Plano de previdência complementar**

A Sociedade e suas controladas patrocinam dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido sob a forma de “contribuição definida”, criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 30 de junho de 2011, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade e de suas controladas decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade e por suas controladas totalizaram R\$1.313 na controladora e R\$2.242 no consolidado, no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$923 na controladora e R\$1.072 no consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2010), as quais foram registradas como despesa no resultado.

23.2. Plano de assistência médica

A Sociedade e suas controladas mantêm um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por elas estipuladas. Em 30 de junho de 2011, o plano contava com 304 e 2.165 colaboradores na controladora e no consolidado, respectivamente.

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas mantinham uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$14.180 e R\$21.556 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$13.123 e R\$19.742, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2010), a qual foi calculada por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

	Percentual anual (em termos nominais) <u>2011</u>
Taxa de desconto financeiro	11,2
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	4,5
Tábua de mortalidade geral	RP 2000

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

24. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Receitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	7.759	6.276	29.807	15.655
Ganhos com variações monetárias e cambiais (a)	-	434	10.724	936
Ganhos com operações de “swap” e “forward”	4.166	6.535	1.663	14.308
Outras receitas financeiras	<u>332</u>	<u>10.049</u>	<u>7.573</u>	<u>6.783</u>
	<u>12.257</u>	<u>23.294</u>	<u>49.767</u>	<u>37.682</u>
Despesas financeiras:				
Juros com financiamentos	(26.561)	(19.100)	(36.094)	(25.949)
Perdas com variações monetárias e cambiais (a)	(4.091)	(11.590)	(3.058)	(12.281)
Perdas com operações de “swap” e “forward”	(9.430)	-	(25.135)	(5.624)
Outras despesas financeiras	<u>(1.908)</u>	<u>(8.177)</u>	<u>(16.770)</u>	<u>(13.201)</u>
	<u>(41.990)</u>	<u>(38.867)</u>	<u>(81.057)</u>	<u>(57.055)</u>
Receitas (despesas) financeiras	<u>(29.733)</u>	<u>(15.573)</u>	<u>(31.290)</u>	<u>(19.373)</u>

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
(a)		
Ganhos com variações monetárias e cambiais	10.724	936
Perdas com variações monetárias e cambiais	<u>(3.058)</u>	<u>(12.281)</u>
	<u>7.666</u>	<u>(11.345)</u>
Abertura:		
Variações cambiais dos empréstimos e financiamentos	10.655	(9.883)
Variações monetárias dos financiamentos	(95)	30
Variações cambiais das importações	(387)	(804)
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	455	(1.624)
Varição cambial dos recebíveis de exportação	<u>(2.962)</u>	<u>936</u>
	<u>7.666</u>	<u>(11.345)</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro na venda de imobilizado	1.463	1.478	2.578	2.119
Créditos tributários de PIS e COFINS (*)	11.887	-	20.285	-
Outras despesas operacionais líquidas	<u>(1.892)</u>	<u>(2.596)</u>	<u>(6.071)</u>	<u>(15.273)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>11.458</u>	<u>(1.118)</u>	<u>16.792</u>	<u>(13.154)</u>

Notas Explicativas

- (*) O saldo demonstrado inclui os créditos tributários reconhecidos de PIS e COFINS, oriundos de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 17, item (a) de ativos contingentes.

26. LUCRO POR AÇÃO**26.1. Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	338.611	333.052
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>431.019.820</u>	<u>430.415.887</u>
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(655)</u>	<u>(655)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>431.019.165</u>	<u>430.415.232</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,7856</u>	<u>0,7738</u>

26.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. As únicas ações ordinárias potenciais com efeito dilutivo são opções de compra de ações.

	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	338.611	333.052
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>431.019.165</u>	<u>430.415.232</u>
Ajuste por opções de compra de ações	<u>1.504.901</u>	<u>1.881.274</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	<u>432.524.066</u>	<u>432.296.505</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,7829</u>	<u>0,7704</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**27.1. Saldos e transações**

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	13.506	10.143
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	<u>15.134</u>	<u>12.218</u>
	<u>28.640</u>	<u>25.361</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	170.588	153.597
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	26.487	47.356
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>18.913</u>	<u>45.636</u>
	<u>215.988</u>	<u>246.589</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>188</u>	<u>163</u>

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Venda de produtos		Compra de produtos	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Indústria e Comércio de Cosméticos				
Natura Ltda.	1.447.326	1.349.488	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	1.365.407	1.273.459
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	15.330	14.818
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	17.741	16.199
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	16.534	15.567
Natura Cosméticos S.A. - México	-	-	18.697	17.356
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	-	-	9.975	10.638
Natura Europa SAS - França	-	-	3.162	1.183
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	456	252
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	<u>24</u>	<u>16</u>
	<u>1.447.326</u>	<u>1.349.488</u>	<u>1.447.326</u>	<u>1.349.488</u>

Notas Explicativas

	Venda de serviços		Contratação de serviços	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Estrutura administrativa: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	231.122	193.687	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	172.649	144.959
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	36.206	29.995
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	22.267	18.733
	<u>231.122</u>	<u>193.687</u>	<u>231.122</u>	<u>193.687</u>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	125.738	106.258	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	125.738	106.258
	<u>125.738</u>	<u>106.258</u>	<u>125.738</u>	<u>106.258</u>
Pesquisas e testes "in vitro": (h)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	1.445	2.064	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1.445	2.064
	<u>1.445</u>	<u>2.064</u>	<u>1.445</u>	<u>2.064</u>
Locação de imóveis e encargos comuns: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	3.592	3.363	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	2.082	1.948
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	836	783
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	674	632
	<u>3.592</u>	<u>3.363</u>	<u>3.592</u>	<u>3.363</u>
Total da venda ou compra de produtos e serviços	<u>1.809.223</u>	<u>1.654.860</u>	<u>1.809.223</u>	<u>1.654.860</u>

- (a) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (b) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de logística e administrativos em geral.
- (c) Valores a pagar pela compra de produtos.
- (d) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (f).
- (e) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (g).
- (f) Prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.
- (g) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (h) Prestação de serviços de pesquisas e testes "in vitro".
- (i) Refere-se à locação de parte do complexo industrial situado no município de Cajamar - SP e de prédios localizados no município de Itapezerica da Serra - SP.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram os resultados do trimestre e exercício findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Sociedade e suas controladas.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Devido ao modelo das operações mantido pela Sociedade e por suas controladas, bem como ao formato do canal de distribuição dos produtos, a qual é efetuada através de vendas diretas por Consultores(as) Natura, parte substancial das vendas da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é realizada para a controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil e para as suas controladas no exterior.

As vendas efetuadas para partes não relacionadas totalizaram R\$2.550 no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$3.365 no semestre findo em 30 de junho de 2010).

Sobre os saldos a receber entre as empresas Natura em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 14, tem sido prática entre as empresas Natura conceder entre si avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

27.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos administradores da Sociedade está assim composta:

	06/2011			06/2010		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	1.736	889	2.625	1.925	903	2.828
Diretores estatutários	<u>2.700</u>	<u>1.862</u>	<u>4.562</u>	<u>2.184</u>	<u>1.836</u>	<u>4.020</u>
	<u>4.436</u>	<u>2.751</u>	<u>7.187</u>	<u>4.109</u>	<u>2.739</u>	<u>6.848</u>
Diretores não estatutários	<u>15.059</u>	<u>8.164</u>	<u>23.223</u>	<u>7.693</u>	<u>6.025</u>	<u>13.718</u>

(*) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.

27.3. Ganhos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	06/2011		06/2010	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Diretores estatutários	<u>1.649.801</u>	<u>32,13</u>	<u>1.523.834</u>	<u>27,28</u>
Diretores não estatutários	<u>3.339.234</u>	<u>32,13</u>	<u>3.216.766</u>	<u>27,28</u>

(a) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("nonvested"), não exercidas, nas datas dos balanços.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**28.1. Contratos de fornecimento de insumos**

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromisso decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, vigente até 2015, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R\$363. Em 30 de junho de 2011, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.

Os valores estão demonstrados através das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor presente, segundo o contrato, são:

	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Menos de um ano	1.950	3.899
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.591	9.591
Mais de cinco anos	<u>2.578</u>	<u>2.578</u>
	<u>14.119</u>	<u>16.068</u>

28.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis onde se localizam as “Casas Natura” no Brasil e no exterior.

Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra ao término dos contratos, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados, sendo em uma média de dois anos.

Em 30 de junho de 2011, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	609	2.666
2012	1.217	3.426
2013 em diante	<u>3.806</u>	<u>7.221</u>
	<u>5.632</u>	<u>13.313</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2011, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	829.987
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.128 veículos	45.926
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.372.097

30. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As presentes demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 20 de julho de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1) COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA****NATURA COSMÉTICOS S.A.****1. Composição Acionária – Base 30/06/11**

	ACIONISTAS	AÇÕES ON	PORCENTAGEM %
1	Antonio Luiz da Cunha Seabra	3.628.920	0,8415%
2	Guilherme Peirão Leal	3.462.917	0,8030%
3	Pedro Luiz Barreiros Passos	855.038	0,1983%
4	Anízio Pinotti	854.160	0,1981%
5	Ronuel Macedo de Mattos	602.081	0,1396%
6	Lisis Participações S.A.	95.946.968	22,2494%
7	Utopia Participações S.A.	91.557.964	21,2316%
8	Passos Participações S.A.	22.606.809	5,2423%
9	ANP Participações S.A.	22.583.608	5,2370%
10	RM Futura Participações S.A.	15.918.754	3,6914%
	TOTAL ACIONISTAS CONTROLADORES (A)	258.017.219	59,8322%
	AÇÕES EM TESOURARIA B	655	0,0002%
	AÇÕES EM CIRCULAÇÃO C	170.829.730	39,6141%
	TOTAL GERAL A + B + C + D	431.234.705	100,0000%

	AÇÕES DOS ADMINISTRADORES	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL %
A	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	34.402	0,0080%
B	DIRETORIA	2.352.699	0,5456%
C	TOTAL DE AÇÕES DOS ADMINISTRADORES D (A + B)	2.387.101	0,5536%

- NO GRUPO "AÇÕES DOS ADMINISTRADORES" ENCONTRAM-SE TODOS OS ESTATUTÁRIOS DA NATURA COSMÉTICOS S.A.;
- AS AÇÕES DOS ADMINISTRADORES QUE SÃO CONTROLADORES, SRS. ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, GUILHERME PEIRÃO LEAL, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS ESTÃO INCLUÍDAS NO GRUPO "ACIONISTAS CONTROLADORES";
- O CONSELHO FISCAL NÃO ESTÁ INSTALADO;
- O CONCEITO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º, DA LEI 6.404/76.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

LISIS PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.561.628/0001-80		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Antonio Luiz da Cunha Seabra CPF/MF n.º 332.927.288-00	19.012.949	100%
Lucia Helena Rios Seabra CPF/MF n.º 055.336.688-29	10	-
TOTAL	19.012.959	100%

UTOPIA PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 04.819.657/0001-36		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Guilherme Peirão Leal CPF/MF n.º 383.599.108-63	5.716.131	48,8%
Felipe Pedroso Leal CPF/MF n.º 252.495.598-24	3.003.840	25,6%
Ricardo Pedroso Leal CPF/MF n.º 269.535.658-70	3.003.840	25,6%
TOTAL	11.723.811	100%

ANP PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.490.717/0001-82		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Anízio Pinotti CPF/MF n.º 062.244.238-49	4.503.903	99,99%
Norma Regina Pinotti CPF/MF n.º 187.890.098-60	365	0,01%
Vinicius Pinotti CPF/MF n.º 272.056.278-50	100	-
Fabricius Pinotti CPF/MF n.º 290.883.888-57	100	-
TOTAL	4.504.468	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

PASSOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.635/0001-81		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Pedro Luiz Barreiros Passos CPF/MF n.º 672.924.618-91	5.116.906	99,99%
Márcia Regina Ruggiero Passos CPF/MF n.º 766.032.888-34	365	0,01%
Guilherme Ruggiero Passos CPF/MF n.º 219.929.778-01	1	-
Patrícia Ruggiero Passos CPF/MF n.º 220.814.928-90	1	-
TOTAL	5.117.273	100%

RM FUTURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.725/0001-29		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Ronuel Macedo de Mattos CPF/MF n.º 553.144.148-72	3.155.707	99,99%
Maria Heli Dalla Colleta de Mattos CPF/MF n.º 436.825.888-68	365	0,01%
Gustavo Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 196.793.638-21	1	-
Fabio Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 184.090.138-19	1	-
TOTAL	3.156.074	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. Composição Acionária – Base 30/06/10**

	ACIONISTAS	AÇÕES ON	PORCENTAGEM %
1	Antonio Luiz da Cunha Seabra	3.628.920	0,8428%
2	Guilherme Peirão Leal	3.462.917	0,8043%
3	Pedro Luiz Barreiros Passos	855.038	0,1986%
4	Anízio Pinotti	854.160	0,1984%
5	Ronuel Macedo de Mattos	602.081	0,1398%
6	Lisis Participações S.A.	95.946.968	22,2844%
7	Utopia Participações S.A.	91.557.964	21,2650%
8	Passos Participações S.A.	22.606.809	5,2506%
9	ANP Participações S.A.	22.583.608	5,2452%
10	RM Futura Participações S.A.	15.918.754	3,6972%
	TOTAL ACIONISTAS CONTROLADORES (A)	258.017.219	59,9263%
	AÇÕES EM TESOURARIA B	655	0,0002%
	AÇÕES EM CIRCULAÇÃO C	170.083.488	39,5031%
	TOTAL GERAL A + B + C + D	430.557.212	100,0000%

	AÇÕES DOS ADMINISTRADORES	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL %
A	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	138.465	0,0322%
B	DIRETORIA	2.317.385	0,5382%
C	TOTAL DE AÇÕES DOS ADMINISTRADORES D (A + B)	2.455.850	0,5704%

- NO GRUPO "AÇÕES DOS ADMINISTRADORES" ENCONTRAM-SE TODOS OS ESTATUTÁRIOS DA NATURA COSMÉTICOS S.A.;
- AS AÇÕES DOS ADMINISTRADORES QUE SÃO CONTROLADORES, SRs. ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, GUILHERME PEIRÃO LEAL, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS ESTÃO INCLUÍDAS NO GRUPO "ACIONISTAS CONTROLADORES";
- O CONSELHO FISCAL NÃO ESTÁ INSTALADO;
- O CONCEITO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º, DA LEI 6.404/76.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

LISIS PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.561.628/0001-80		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Antonio Luiz da Cunha Seabra CPF/MF n.º 332.927.288-00	19.012.949	100%
Lucia Helena Rios Seabra CPF/MF n.º 055.336.688-29	10	-
TOTAL	19.012.959	100%

UTOPIA PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 04.819.657/0001-36		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Guilherme Peirão Leal CPF/MF n.º 383.599.108-63	5.716.131	48,8%
Felipe Pedroso Leal CPF/MF n.º 252.495.598-24	3.003.840	25,6%
Ricardo Pedroso Leal CPF/MF n.º 269.535.658-70	3.003.840	25,6%
TOTAL	11.723.811	100%

ANP PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.490.717/0001-82		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Anízio Pinotti CPF/MF n.º 062.244.238-49	4.503.903	99,99%
Norma Regina Pinotti CPF/MF n.º 187.890.098-60	365	0,01%
Vinicius Pinotti CPF/MF n.º 272.056.278-50	100	-
Fabircius Pinotti CPF/MF n.º 290.883.888-57	100	-
TOTAL	4.504.468	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

PASSOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.635/0001-81		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Pedro Luiz Barreiros Passos CPF/MF n.º 672.924.618-91	5.116.906	99,99%
Márcia Regina Ruggiero Passos CPF/MF n.º 766.032.888-34	365	0,01%
Guilherme Ruggiero Passos CPF/MF n.º 219.929.778-01	1	-
Patrícia Ruggiero Passos CPF/MF n.º 220.814.928-90	1	-
TOTAL	5.117.273	100%

RM FUTURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.725/0001-29		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Ronuel Macedo de Mattos CPF/MF n.º 553.144.148-72	3.155.707	99,99%
Maria Heli Dalla Colleta de Mattos CPF/MF n.º 436.825.888-68	365	0,01%
Gustavo Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 196.793.638-21	1	-
Fabio Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 184.090.138-19	1	-
TOTAL	3.156.074	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2) ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

3) RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº381/03, informamos que os auditores independentes da companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, não prestaram durante os trimestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Natura Cosméticos S.A.
Itapeverica da Serra - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Natura Cosméticos S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos**Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não reerem a apresentação de tais demonstrações. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de julho de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Natura Cosméticos S.A.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

São Paulo, 20 de julho de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Natura Cosméticos S.A.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

São Paulo, 20 de julho de 2011.